



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARÍBA
CENTRO DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA – CIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

ROBERTO CÉSAR FELICIANO DA SILVA

**“LYCANTROPIA” NO CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL: REPRESENTAÇÕES
SOBRE FERNANDO COLLOR DE MELLO NAS CHARGES DE GLAUCO NA
FOLHA DE SÃO PAULO (1992).**

CAMPINA GRANDE-PB

2015

ROBERTO CÉSAR FELICIANO DA SILVA

**“LYCANTROPIA” NO CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL: REPRESENTAÇÕES
SOBRE FERNANDO COLLOR DE MELLO NAS CHARGES DE GLAUCO NA
FOLHA DE SÃO PAULO (1992).**

Trabalho de Conclusão de Curso de
Licenciatura em História apresentado à
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito para a obtenção do grau de licenciado
em História.

Orientador: Prof. Msc. Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio

CAMPINA GRANDE-PB

2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586l Silva, Roberto César Feliciano da
"Lycantropia" no cenário político nacional [manuscrito] :
representações sobre Fernando Collor de Mello nas charges de
Glauco na Folha de São Paulo (1992) / Roberto César Feliciano da
Silva. - 2015.
71 p. : il.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2015.
"Orientação: Prof. Me. Bruno Rafael de Albuquerque
Gaudêncio, Departamento de História".

1. Política Brasileira 2. Fernando Collor de Mello - Político
3. História Política 4. Sociedade I. Título.

21. ed. CDD 320

ROBERTO CÉSAR FELICIANO DA SILVA

**“LYCANTROPIA” NO CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL: REPRESENTAÇÕES
SOBRE FERNANDO COLLOR DE MELLO NAS CHARGES DE GLAUCO NA
FOLHA DE SÃO PAULO (1992).**

Trabalho de Conclusão de Curso de
Licenciatura em História apresentado à
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito para a obtenção do grau de licenciado
em História.

Aprovado em: 26 / 06 /2015.

BANCA EXAMINADORA:

Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio
Prof. Me. Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio/Orientador – UEPB

Patrícia Cristina de Aragão Araújo
Prof.^a Dr.^a Patrícia Cristina de Aragão Araújo / Examinadora – UEPB

Rozeane Albuquerque Lima
Prof.^a Me. Rozeane Albuquerque Lima – Examinadora – UEPB

CAMPINA GRANDE

2015

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Ivonete Gomes da Silva, pela educação e apoio nos momentos mais complicados da minha vida, e que sem seus conselhos este feito jamais teria sido possível, e em especial a minha esposa Fabiane Aragão de Sousa e a minha filha Lavinia Le Anne. DEDICO.

AGRADECIMENTOS

À Deus, sempre em primeiro lugar, que permitiu a este seu filho todas as graças obtidas até o presente dia, e em todos os instantes vem permeando no meu coração as sementes do sucesso, onde com muito esforço e trabalho venho colhendo cada fruto, não apenas nestes anos universitários, mas em todos os momentos, é o maior mestre que alguém pode conhecer.

À minha família pela educação e acolhimento em todas as situações, naquelas alegres e tristes sempre souberam dar um conselho capaz de acalantar até alma, todos me ensinaram e continuam me ensinando muito.

À minha mãe, pela confiança e amor incondicional, Ivonete Gomes tu és adorável, a “netinha” para todos, me orgulha e da alegria saber que quando a chamo de mãe, com um sorriso faceiro e um olhar acolhedor, me chama de filho.

À minha esposa Fabiane Aragão pelo amor, companheirismo, parceria, espontaneidade, carinho, serenidade, mas principalmente pela confiança e, sobretudo paciência. Com você meu caminho fica mais gratificante e recompensador.

À minha filha, minha “branquela do pai”, Lavínia Le Anne se tornou a minha estrela mais brilhante, responsável por iluminar minha estrada e que me dá orgulho e alegria a cada novo aprendizado, estaremos unidos para sempre.

A meus irmãos, Júnior César, Kátia Juliana e Ana Cláudia, e meus sobrinhos, Camila Gomes, Sabrina Gomes, Maria Eduarda, Cauã Gomes, Sebastian Gomes, Pietro Aragão e a mais novinha de todos Valentina Aragão, que com tanta gente envolvida me sinto protegido e munido para enfrentar qualquer desafio, seja ele emocional ou profissional.

Em especial a minha irmã, Ana Cláudia que com seu temperamento forte e atitudes de mulher decidida, acrescentado a argumentos pautados na mesma perspectiva teórico metodológico que a minha, nos rendeu intensas discussões que foram esclarecedoras e motivadoras para a conclusão deste curso e de outras questões em outros espaços.

A meu avô, o conhecido em toda Queimadas, minha cidade, como “Biu Gomes”, a este guardo as minhas mais sinceras conversas no final de tarde, onde entre um café e outro surgem aquelas velhas histórias de sua vida e que indiretamente me influenciam a formar meu caráter, e por isso, te admiro e tenho em ti o reflexo de me tornar um homem tão bom quanto você “meu velho”.

A todos os professores e professoras que seja da forma como aconteceu contribuíram para minha formação como aluno. Aos professores do curso de História que pelas acaloradas discussões acerca de diversos temas determinaram o incentivo necessário para a continuação do processo de formação acadêmica.

Ao professor Bruno Gaudêncio pela oportunidade de me oferecer sua competente orientação durante o meu processo de graduação. Quero agradecer também imensamente pela sua participação na minha formação, mas também pela sua significativa contribuição para a área de História do Brasil e da Paraíba.

A professora Patrícia Cristina pelas contribuições, opiniões, colaborações, esclarecimentos e incentivo. Meu profundo respeito e admiração pelo caráter, integridade e conhecimento, além de sua capacidade, seriedade e atenção dispensada nos momentos de dúvida.

A professora Rozeane Albuquerque que apesar de não ter tido a oportunidade de ser seu aluno, tenha em mente que tens toda minha estima e total admiração pelo seu trabalho, compromisso e respeito no que se presta a realizar. Obrigado por participar deste momento.

Aos meus amigos e amigas pela colaboração, parceria e amparo, pois nos momentos que mais precisei não hesitaram em ajudar. A todos estes, minha gratidão plena, vocês foram peças fundamentais para tal conquista.

Ao motorista do ônibus, responsável por nos conduzir e nos trazer de volta em segurança, José Bonifácio, o “Zé Bom”, que com sua paciência e dedicação rodamos juntos nestes cinco anos aproximadamente 60.000 Km. A você “Zé” meus agradecimentos.

Agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram e estiveram presente em minha caminhada e história como também nas realizações acadêmicas, e acredito que muitas

foram as trocas positivas no decorrer do curso de História. A todos estes agentes meu muito obrigado.

“Vim, Vi e Venci”.

(Imperador Júlio César)

“Que homem é o homem que não torna o mundo melhor”.

(Soldado Cruzado)

“De nada valem as ideias sem homens que possam pô-las em prática”.

(Karl Marx)

RESUMO

Este trabalho procura estudar a singularidade da história que permitem a associação entre a política e o humor, neste caso, através das charges. Assim foi possível analisar um dos momentos mais conturbados da nossa história, a Era Collor (1990-1992) observando através dos traços de Glauco Villas Boas o período de escândalo de corrupção e o processo de impeachment, num contexto de mudanças no Brasil e na sociedade como um todo. O Presidente da República se tornou personagem central da insatisfação dos brasileiros, e nas mãos do chargista Glauco Villas Boas se transformou literalmente num “personagem”, e com suas obras, agora fontes, juntamente com a bibliografia revisada sobre o governo Collor permitiram ao trabalho ir mais longe, além do questionamento sobre a mudança de pensamento social acerca de Collor, elas nos oferecem todo um estudo sobre o contexto político e econômico do Brasil na conjuntura dos acontecimentos desta época, e ainda abre um discurso sobre a sociedade e suas relações com o humor.

PALAVRAS-CHAVE: Fernando Collor. Política. Sociedade. Representações.

ABSTRACT

This work aims to study the uniqueness of the story allow the association between politics and humor, in this case through the cartoons. Thus it was possible to analyze one of the most turbulent times in our history, Age Collor (1990-1992) watching through the traces of Glauco Villas Boas period the scandal of corruption and the impeachment process against a background of change in Brazil and society as a whole. The President of the Republic became the central character of dissatisfaction among Brazilians, and in the hands of cartoonist Glauco Villas Boas became literally a "character," and his works, now sources along with the revised bibliography on the Collor government allowed the work to go further, beyond question about changing social thought about Collor, they offer us all a study of the political and economic context of Brazil in the context of the events of this time, and even open a discourse on society and its relations with the mood.

KEYWORDS: Fernando Collor. Politics. Society. Representations.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

- Figura 01 - Charge de (23/07/1992): a pressão sobre Fernando Collor de Mello -----
49
- Figura 02 - Charge de (23/08/1992): a tentativa de Collor de se distanciar das acusações ----
51
- Figura 03 - Charge de (21/09/1992): O último pronunciamento de Collor na TV -----
52
- Figura 04 - Charge de (24/09/1992): Dia em que o STF decidiu -----
54
- Figura 05 - Charge de (26/10/1992): Pedro Collor vai ao programa Roda Viva -----
56

LISTA DE SIGLAS

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

UNE - União Nacional dos Estudantes

CUT - Central Única dos Trabalhadores

PDS - Partido Democrático Social

PRN - Partido da Renovação Nacional

PT – Partido dos Trabalhadores

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PL – Partido Liberal

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PFL - Partido da Frente Liberal

PSD - Partido Social Democrático

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PMB – Partido Municipalista Brasileiro

BCB – Banco Central do Brasil

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

PRR – Partido Republicano Rio-grandense

UDN – União Democrática Nacional

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

OAM – Organizações Arnon de Mello

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

STF – Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	12
2.	CAPÍTULO I: ABREM-SE AS CORTINAS: o palco de uma história de terror	22
2.1.	O “CAÇADOR DE MARAJÁS” NAS LINHAS HISTORIOGRÁFICAS: o perfil multifacetado de um presidente	22
2.2.	O BRASIL NO ÍNICIO DOS ANOS 90: a situação política de um país calejado	27
2.3.	“O MEU PRIMEIRO ATO COMO PRESIDENTE SERÁ MANDAR PARA A CADEIA UM BOCADO DE CORRUPOTOS”: surge a resposta que os brasileiros queriam ouvir	32
2.4.	NO PODER: os planos de Collor	37
3.	CAPÍTULO II: LYCANTROPIA: a morte de um herói e o nascimento de um inimigo	43
3.1.	A FACE CARISMÁTICA DA POLÍTICA: as influências de Fernando Collor de Mello	43
3.2.	PERSONALIDADE E DESCONSTRUÇÃO DE UMA IMAGEM A PARTIR DAS CHARGES DE GLAUCO	46
3.3.	LÁ E AQUI OUTRA VEZ: uma herança não desejada	58
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
	FONTES	64
	REFERÊNCIAS	65

1. INTRODUÇÃO

Depois de amargos 29 anos privados de sua democracia, os brasileiros voltam a escolher seu presidente eleito¹ pelo voto direto, em dezembro de 1989. Porém, aparentemente o Brasil estava predisposto a novidades, isso porque, em menos de três anos, o eleito Fernando Collor de Mello estava sendo afastado da presidência da república em um processo nunca antes presenciado, e até hoje único, o impeachment era aprovado pela grande maioria do congresso contra um presidente do país.

No tempo em que ocupou a cadeira da presidência² no Palácio do Planalto, de 1990 a 1992, o alagoano Fernando Collor de Mello foi o personagem central de uma trágica trama no governo brasileiro, onde mais uma vez a recém estabelecida democracia era afligida. O jovem e audacioso político, assim exaltado, que ascendera a presidência, possuía uma base de ideologias e projetos que surpreenderam e lhe garantiram tal cargo, promessas como extinguir a inflação e empreender uma “caçada” aos marajás e corruptos.

Mas tão surpreendente quanto sua ascensão ao poder como foi sua derrocada, o ano de 1992 ficaria marcado para sempre nos anais da história brasileira. O homem que três anos antes tinha sido elevado a status de “paladino” da justiça e responsabilidade para com o povo, consagrado pelos maiores meios de comunicação da época, agora era duramente condenado pela imprensa, curiosamente, e porque não dizer, poeticamente, o início do fim de sua estada na presidência se deu através de seu irmão, Pedro Collor³.

A interessante transformação de ótica sobre este personagem é no mínimo inquietante, não apenas por conta das tramas, dignas de um longa-metragem hollywoodiano, mas também, sobretudo, perceber as variantes que possibilitaram tal mudança de perspectiva, onde os principais responsáveis por tal feito tinham um alcance de opiniões a muito não visto no Brasil.

A famigerada entrevista de Pedro Collor, seu irmão mais novo, à revista Veja naquela edição de maio de 1992, seria apenas a “ponta do iceberg” de uma série de escândalos

¹ Para a surpresa de muitos, o primeiro turno, das eleições ficaram assim, Fernando Collor (PRN) saiu vitorioso, com 20,6 milhões de votos (28%), Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em segundo com 11,6 milhões de votos (16,08%), conquistando o direito de disputar o segundo turno. No segundo turno Collor (35.089.998 votos) vence Lula (31.076.364 votos), decretando-se Presidente da República. Disponível em: <<http://www.tre-pe.jus.br/>>. Acesso em 12 de outubro 2014.

² Fernando Collor de Mello ficou na presidência por exatos (2 anos, 6 meses e 17 dias), de 15 de março de 1990 a 29 de dezembro de 1992.

³ Em maio de 1992, Pedro Collor apresentou à revista "Veja" documentos que comprovavam a existência de sete empresas irregulares de PC Farias no exterior. Concedeu mais duas entrevistas, alegando que o presidente seria conivente com os crimes de Farias, além de ter acusado o tesoureiro de tráfico de influência. Para ver entrevista na íntegra acessar site <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/>>.

que apontava no horizonte político calejado deste alagoano, e que foi acompanhada e cobrada de perto pela mídia nacional.

Nesta enxurrada de matérias, entrevistas e denúncias⁴ que partiam destes meios, e acreditem eram muitos, o governo comandado pelo presidente Collor ficava cada vez mais desacreditado pela população. Uma situação jamais prevista no início de sua campanha eleitoral e nos primeiros momentos de seu governo, uma pergunta nasce e necessita de uma resposta convincente, como uma imagem inabalável de um personagem construído para uma sociedade que necessitava de uma segurança política com bases bem estruturadas, devido ao seu passado ditatorial, agora encontrava neste mesmo personagem a falência de suas esperanças para a condução de uma democracia reconquistada há pouco tempo.

Numa perspectiva de renovação, mas acima de tudo, de esperança, as “fichas” da sociedade depositada nas propostas do que veio a se tornar o Presidente da República, demonstra o quanto foi caro esta confiança a tal personagem. Daí um dos motivos, a exaltação de vários meios comunicativos a Collor, neste momento, sob este olhar midiático, nascia um homem que estabeleceria ordem ao caos e paz aos conflitos, a própria encarnação do “bom/bem”.

Porém, mais impressionante que esses adjetivos atribuídos à imagem de Collor, foram a sua transformação em tudo ao oposto. Emergia um homem irreconhecível em relação à imagem representativa, um “monstro” responsável por todos os males políticos que atingiam diretamente os brasileiros, e foi na observação deste fato que surgiu a proposta de pesquisa, como a figura presidencial de Collor pôde se transformar tão drasticamente, em tão pouco tempo, no seu completo oposto, quase que sobrenatural, num verdadeiro processo de “*Licantropia*”⁵.

A margem destes pressupostos é que a pesquisa será desenvolvida, com o auxílio de uma série de charges⁶ produzidas por Glauco Villas Boas⁷, e que foram publicadas no Jornal

⁴ Nos primeiros dias de seu governo, Collor determinou uma espécie de blitz contra o grupo a Folha e teve como resposta o repúdio de grande parte da imprensa e de uma parcela considerável da sociedade.

⁵ No folclore, Licantropia é a capacidade ou maldição caída sobre um homem que se *transforma* em um lobo. Em psiquiatria, é um distúrbio onde o indivíduo pensa ser ou ter sido *transformado* em qualquer animal. Para maior entendimento sobre o assunto ver o livro *The Book Were-Wolves*, de Sabine Baring-Gould). E é nesta licença filosófica que este título se apoia na condição de um homem se transformar bruscamente em um ser irreconhecível, em oposição veemente ao que era antes.

⁶ Acervo disponível no site da Folha de São Paulo: Disponível em: <<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/4270-20-anos-de-escandalos-de-corrupcao-em-30-charges#foto-79542>>. Acesso em 12 Março de 2014.

⁷ Nascido em Jandaia do Sul, no estado do Paraná, em 10 de março de 1957, Glauco Villas Boas foi descoberto mais tarde como um desenhista e cartunista. Seu primeiro contato foi com o jornalista José Hamilton Ribeiro, que publicou seus trabalhos no jornal Diário da Manhã de Ribeirão Preto, em 1976. Glauco ficou nacionalmente conhecido por suas charges publicadas desde 1977 no jornal Folha de S. Paulo, ele foi o criador de personagens como Dona Marta, Zé do Apocalipse, Doy Jorge, Geraldinho e Geraldão. O nome de Glauco sempre esteve associado aos de Angeli e Laerte, "a santíssima

A Folha de São Paulo⁸, procuraremos rastrear as transformações no aspecto imagético do presidente Collor, nesse seu período de decadência política, entre os meses de maio e dezembro de 1992, onde as críticas foram mais fortes ao seu governo e a sua pessoa.

Com estas fontes, juntamente com a bibliografia revisada sobre o período Collor, permitirão ao trabalho ir mais longe. Além do objetivo deste trabalho que seria o questionamento sobre a mudança de pensamento social acerca do presidente Collor, elas nos oferecem todo um estudo sobre o contexto político do Brasil dos anos referente a este período, além de discutir sobre as influências sofridas por Fernando Collor. E mais, pelo seu caráter humorístico, as fontes abrem espaço para um diálogo sobre a sociedade e sua relação íntima com o riso.

Hoje a História Política busca as mais diversas formas pelas quais, em diferentes épocas, as relações de poder na sociedade se expressaram, esse poder exercido por todos amplia o enfoque e os personagens da História Política. Nesta perspectiva, fontes históricas como as charges que se incluem nesta perspectiva teórica, pouco importa sua procedência, o mais importante não é a proveniência dos documentos, mas como os historiadores interrogam suas fontes de forma crítica e ética.

Vale salientar a respeito das fontes que por serem alocadas no rol das interpretações da História política, constroem representações acerca de uma cultura política, que de forma alguma veio para substituir ou excluir a vertente tradicional das análises políticas clássicas, mas, que ela se apresenta como uma nova perspectiva, capaz de superar as barreiras do campo institucional, simultaneamente incorporando outras linhas de discussões e enfoques. Neste sentido Ângela de Castro Gomes explica que:

(...) o conceito de política foi, portanto, ampliado, constituindo-se em instância autônoma e estratégica para a compreensão da realidade social, até porque a ideia é a de que as relações de poder são intrínsecas às relações sociais. Dessa forma, as relações de poder excedem o poder do Estado, e as relações políticas excedem o campo do político institucional. A categoria política se expande e suas fronteiras tornam-se mais fluidas e móveis. (GOMES, 2005, p. 31).

Para esta autora a emergência de uma nova possibilidade de se fazer história, veio com a finalidade de resolver muitos dos problemas que até então eram constantes na

Trindade dos quadrinhos brasileiros". Glauco foi assassinado junto com seu filho Raoni Villas Boas, em Osasco na madrugada de 12 de março de 2010, dois dias depois de completar 53 anos.

⁸ A história da Folha começa em 1921, com a criação do jornal "Folha da Noite", em julho de 1925, é criado o jornal "Folha da Manhã", edição matutina da "Folha da Noite". A "Folha da Tarde" é fundada após 24 anos, e no dia 1º de janeiro de 1960, os três títulos da empresa se fundem e surge o jornal Folha de São Paulo. Atualmente é o segundo maior jornal de circulação do Brasil, segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC). Ao lado dos jornais *O Globo*, *Correio Brasiliense* e *O Estado de S. Paulo*, a Folha de S. Paulo fazem parte do Grupo Folha, e considerado um dos jornais mais influentes do país.

tradicional história política, no sentido de que, apenas o poder estatal exalava condições historiográficas.

Com advento destas novas perspectivas muito do que se tinha como certo e consagrado na História acabou por sofrer alterações em sua forma interpretativa, isto associado à interdisciplinaridade, a possibilidade da História dialogar com outras ciências, fez com que o panorama atual da historiografia se reestruturasse principalmente no que diz respeito aos seus referenciais teóricos.

Nestas novas bases da historiografia contemporânea, o núcleo mais importante e que passa a interessar as pesquisas, são a sociedade e a participação do exercício do poder, sobretudo, de novos sujeitos. Este poder muito interessa ao pesquisador, ele garante e possibilita a emergência dessa nova forma de se fazer história, isso porque ele provou que o poder nesse sentido não estaria só no Estado, mas que ele era característica comum em toda uma nova diversidade de atores e seus discursos, seja na forma de mantê-lo ou em resisti-lo.

No alvorecer desta História Política, onde renovação parece explicar muitos questionamentos, uma característica inerente as Charges, notamos a inserção de novos conceitos e abordagens. Nas representações que são introduzidas no campo da política, acabam por possibilitar novos quadros para análises de disputas coletivas pelo poder, neste processo dá-se abertura para inclusão de novos personagens na conjuntura das pesquisas.

Ainda sobre representações podemos afirmar que suas atribuições são inerentes aos procedimentos culturais, neste sentido, observamos uma maior cumplicidade entre História Cultural e História Política, acentuando assim, todo um novo leque de possibilidades na pesquisa historiográfica.

Neste novo olhar que a História se propõe a observar, o campo da História Cultural, percebemos toda uma nova postura da História Política, seja em perspectiva ou em renovação. Acerca da incorporação que a História Cultural sofreu pela representação, graças aos esforços de Marcel Mauss e Émile Durkheim⁹, tornando esta categoria central do campo de estudo Cultural, Sandra Pesavento determina que:

As representações construídas sobre o mundo não só se colocaram no lugar deste mundo, com fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas, de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão

⁹ Mauss e Durkheim estudaram, nos povos primitivos atuais, as formas integradoras de vida social, construídas pelos homens para manter a coesão do grupo e que propõem como representação do mundo. Expressas por normas, instituições, imagens e ritos, tais representações formam como que uma realidade paralela à existência dos indivíduos, mas fazem os homens viverem por ela e nelas.

sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade. (PESAVENTO, 2008, p. 39).

Uma forma de construir esta representação a partir de um indivíduo, seria o documento, poderíamos dizer que ele é o indício do fato, uma reconstituição que parte do olhar de quem a produziu, em outras palavras, uma representação do real. Compreendemos então que, através das representações, emerge a explicação ou satisfação que uma sociedade faz de si própria e as possíveis mudanças que ocorrem ao longo do tempo, e que necessariamente atingem os âmbitos políticos e culturais.

Nas interpretações sobre História Política, Rodrigo Patto Sá Motta, entende a partir de duas vertentes:

Uma que renova os estudos da política clássica, acrescentando as práticas e comportamentos coletivos, mas mantendo o enfoque nas instituições e movimentos políticos. A outra vertente supera o enfoque clássico, trabalhando com a política também em seus aspectos inconscientes, fazendo forte ligação entre história e cultura. (MOTA, 2009, p. 21).

As pesquisas relacionadas neste campo de estudo exigem como objeto, fenômenos políticos onde são capazes de formar e aglutinar características e padrões partilhados entre si, um verdadeiro grupo onde dividam o mesmo “DNA”, com normas, atitudes, valores, crenças e até mesmo seu imaginário.

Então podemos dizer que cultura política se apresentaria num tipo de sociedade onde os grupos que a formam, assim como os indivíduos, partilham e discutem como eles apreenderam sobre sua política. Poderíamos e além, nestas formas de como tal sociedade absorveu e disseminou a política, seriam as representações se mostrando mais amplamente no campo das tradições políticas. Rodrigo Mota esclarece que seria um:

Conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. (MOTA, 2009, p. 21).

Desta maneira percebemos a grande contribuição das representações, neste caso incluímos as Charges, acerca de uma cultura política, aliás, elas se tornam um elemento definidor em seus estudos. E acaba por oferecer a cultura política elementos capazes e eficientes de pôr ordem nas tessituras complexas que cercam a humanidade, que por muitas vezes se veem em situações únicas, e para o pesquisador compreendê-las, seja na forma de relações de poder, em atos políticos ou suas motivações, as representações acabam por suprir tal deficiência no desempenho de suas análises.

Outro ponto que se deve alertar acerca das fontes, é a sua condição de exprimir uma visão de mundo onde existe um processo de construção de significados durante a leitura do texto chárigo, assim como seu potencial em emitir relações metafóricas estabelecidas pelo tipo textual. Deste modo, as imagens na charge acabam formando signos, e sua linguagem iconográfica acaba produzindo um tipo textual próprio, ou seja, a charge possui sua própria linguagem.

(...) por se referir ao mundo, à linguagem tem um compromisso com a realidade ou com a verossimilhança, além de ter a ver com as condições de aceitabilidade da referência aos seus próprios signos e ao ato de enunciação. (FLORES, 2000, p. 26).

Com toda essa capacidade a charge se apresenta como um importante documento histórico que comenta as diferentes produções ideológicas de sua contemporaneidade, mas ela vai além deste fato, produzindo versões e expectativas correntes, como um espelho de sua época.

Nas grandes possibilidades que esta fonte nos oferece é imprescindível uma revisão bibliográfica sobre o tema para compreendermos todo o entorno dos acontecimentos que as charges são inseridas. Na revisão bibliográfica, analisam-se as mais recentes obras científicas disponíveis que tratem do assunto ou que deem embasamento teórico e metodológico para o desenvolvimento da pesquisa, nela também são explicitados os principais conceitos e termos técnicos a serem utilizados no trabalho.

A revisão da literatura demonstra que o pesquisador está atualizado nas últimas discussões no campo de conhecimento em investigação. Além de artigos em periódicos nacionais e livros já publicados, as monografias, dissertações e teses constituem excelentes fontes de consulta. Esse processo é fundamental para que o pesquisador evite abordar “problemas” que já foram esgotados por outros trabalhos, a revisão bibliográfica é diferente de se realizar um emaranhado de citações e resumos sobre o tema, é necessário partir do princípio de que todo trabalho é passível de crítica.

Poderíamos dizer que a charge se utiliza de um texto humorístico, com seus recursos caricaturais, que acabam por promover uma crítica de um fato ou de um acontecimento específico, onde este deve ser notório, ou seja, de conhecimento comum a quem ler a imagem, de modo, que a charge só pode surtir efeito quando o leitor tem conhecimento do que lhe é apresentado. Sendo assim, a partir do instante, que um cidadão brasileiro ou não, reflete e sorrir com a charge lida, podemos inferir o grau de comprometimento desta pessoa com a atual situação, neste caso política, do Brasil.

A esse respeito Onici Flores¹⁰ adverte que ler e interpretar o discurso chárstico é exigente, complicado e difícil, pois requer do leitor um conhecimento que qualifica como considerável, o texto que exala das charges parte de uma “alta temperatura ideológica”, isso porque este discurso envolve “(...) sujeitos socialmente situados, ou seja, a sujeitos já inscritos na ideologia” (FLORES, 2002, p. 78), logo, integrantes da sua própria realidade.

Uma das características mais evidentes nas charges é seu forte sentimento opinativo, que para a análise historiográfica ajuda a desvendar as versões dos fatos ocorridos, lhe conferindo assim status de importância histórica, não apenas pela sua característica temporal, mas pela sua grande capacidade sgnica, o que também ajuda deixar sua leitura exigente. A autora salienta que a charge por ser:

(...) um interessante objeto de estudo por aquilo que mostra e diz de nós mesmos e do mundo em que vivemos (...) contém grande potencial de questionamento crítico e de confronto de opiniões a respeito da organização social, dos arranjos políticos e da disputa pelo poder (...) sua temática, em geral, versa sobre o cotidiano – questões sociais que afligem, irritam, desgostam, confundem (...). Por natureza, é polêmica. (FLORES, 2002, p. 11).

A charge é um tipo de linguagem com grande potencial para as reflexões de natureza histórica, nela podemos encontrar uma visão crítica do seu autor em relação a uma determinada situação, como também é um texto a ser interpretado, sendo assim ela não carrega o sentido em si, mas provoca o sentido, verificando assim um importante recurso utilizado pelo pensamento crítico.

O chargista realiza uma interpretação do fato acontecido, neste processo ele responde a uma limitação temporal, que é a responsável por oferecer uma noção sobre o que está sendo apresentado, com a finalidade de se entender a mensagem implícita na charge, enfim, ela exige este conhecimento, o domínio, por parte do leitor, do conteúdo que irá abordar. Além da imagem do alvo que pretende atingir, a charge explicita uma crítica à realidade social e política, enfocando um flagrante do cotidiano.

Com seu teor de humor encontrado nestas fontes em particular, acabam por conduzir ao leitor o riso, e sob esta perspectiva do cômico a charge acaba se tornando um campo de estudo móvel, em relação ao seu significado, ou seja, o riso poderia ser percebido em sua amplitude como algo positivo, indicador fiel das verdades existente numa sociedade. Em

¹⁰ Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (1970), graduação em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria (1973), mestrado em Educação - Psicologia Educacional, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1983), e doutorado em Linguística e Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1994). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Pragmática, atuando principalmente nos seguintes temas: psicolinguística, linguagem e cognição, processamento da leitura, interpretação e compreensão, alfabetização, inter-relação entre leitura e escrita.

busca de conceituar o riso Mikhail Bakhtin discute seu conceito em seu livro *Questões de Literatura e de Estética*:

Nós temos em vista o riso não como um ato biológico e psico-fisiológico, mas o riso na existência sócio histórica, cultural e objetual, e, principalmente, na expressão verbal (...) Ao lado do emprego poético da palavra num “sentido não particular”, ou seja, ao lado dos tropos, existem as mais variadas formas de utilização indireta de um outro gênero de linguagem: a ironia, a paródia, o humor, a facécia, os diversos tipos de comicidade, etc. (não existe uma classificação sistemática). (BAKHTIN, 2010, p. 343).

Entendemos então que esta concepção de riso para Bakhtin, eleva a condição do riso para um patamar além de uma simples reação individual e subjetiva de um sujeito diante de uma situação ou discurso. Enfim a raiz do riso foi revelada, ele trata-se de um fenômeno, encontrado no interior de todas as sociedades e culturas, sua estrutura marcante seria uma linguagem puramente social, permeada de influências culturais e históricas.

Para Henri Bergson, o riso é constituído em sua essência por preceitos sociais, assim como seus significados, nesta afirmação inferimos então que a comicidade só pode alcançar o riso através destes elementos sociais, o cômico seria uma anomalia particular da pessoa à sociedade e considera que apenas o homem é cômico. Sendo assim, o ato de rir é profundamente humano e social, isso porque, apenas os seres humanos são capazes de rir de alguma coisa, de analisar o momento e fazer a conexão racional de que aquele fato é humorístico.

Para que haja o riso é necessário acima tudo, uma “sociabilidade” entre os membros do grupo, capazes de identificar no outro, alterações dissonantes de sua realidade. Seria assim empregado instintiva e coletivamente pelas pessoas que riem como uma suave “reprimenda” aos desvios de comportamento daquele que parece estar alienando a si mesmo do convívio social pleno.

A teoria do riso, na perspectiva de Bergson, se baseia então no funcionamento do efeito cômico, ele definiu um princípio e resumiu como a mecanização da vida, que parte de uma lógica social complexa, mas que se torna simples quando adentramos nos questionamentos do autor, nós rimos quando notamos “(...) certa rigidez mecânica quando seria de se esperar a maleabilidade atenta e a flexibilidade vívida de uma pessoa (...)” (BERGSON, 1993, p. 08).

E é a partir desta quebra de perspectiva no comportamento social que o riso é desencadeado, mas também, se apresenta pela falta de percepção ou disposição do indivíduo que se mantém alheio às mudanças à sua volta, eis aí os atos cômicos, que provocam o riso.

Num contexto propriamente brasileiro, Elias T. Saliba, discutindo com as obras de outros autores, como o Bakhtin e Bergson, entre outros que se dedicaram aos estudos sobre a natureza do humor e do cômico Saliba conclui que “(...) o riso não tem essência e sim uma história, tornando todas as definições tão triviais quanto as que encontramos nos dicionários e enciclopédias. ” (SALIBA, 2008, p.21). O autor mostra que o humor capta duas características da sociedade brasileira: a confusão entre as esferas pública e privada e a vocação para tratar tudo de maneira emocional.

Neste entendimento o humor não produz identidade, ele faz o inverso disso, ele critica aquelas identidades que são produzidas momentaneamente, no calor emocional, e que sem bases fundadas não se solidificam no interior da sociedade. Adentrando nestas questões sobre identidade brasileira, o humor e o riso seria uma compensação desta falta de identidade. Para Saliba o Brasil possui:

(...) uma sociedade mal costurada, que sempre praticou a exclusão. Brasileiros só se sentem brasileiros em momentos emocionais, rápidos e circunstanciais – quando toca o Hino Nacional, tem jogo da Seleção. O humor funciona como o Carnaval e o futebol para o brasileiro ter este momento de identidade. (Revista IHU-online, 2011)¹¹

Neste mergulho em águas da história cultural, percebemos que através do humor é possível identificarmos ângulos originais a respeito do Brasil e da visão de mundo dos brasileiros. Uma arma política bem equipada contra períodos repressivos em nossa história nacional, o humor se apresenta acima de tudo como uma espécie de “espelho da sociedade, embora distorcido”, capaz de sociabilizar e por paz em conflitos através do riso, por mais agressivo que seja o humor.

Recorria-se ao humor naqueles momentos críticos, mas ele nem sempre se mostrava capaz de construir identidades, de fornecer razões estáveis – no máximo servia de esteio àquela ética emocional e descompromissada, reforçando raízes personalistas e individualistas da sociedade, mas também provocando. (...). (SALIBA, 2008, p. 305).

O corrente uso do humor em situações onde o indivíduo ou todo um grupo se localiza acuado, no sentido de impotência, é referência bastante comum nos estudos de teóricos que discutem sobre essa vertente humorística da sociedade.

E acaba se tornando uma realidade, quando analisamos e colocamos em prática estas teorias sobre o contexto humorístico. Neste sentido, as charges humorísticas, publicadas no

¹¹ Entrevista com o historiador Elias T. Saliba, para ver na íntegra acesse: Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/>>. Acesso em 22 setembro de 2014.

período Collor, apenas reforçam as ideias colocadas por Saliba, de que humor e o riso trata-se de uma arma mais que eficiente no longo processo de luta pelos direitos que a sociedade deseja conquistar, nas críticas encontradas nas charges de Glauco a população se encontrava atualizada e acima de tudo munida de perspectivas que se encaminhavam para uma vitória pautada nos anseios da população brasileira.

Desta forma no intuito de elucidar os objetivos aqui propostos acerca do presidente Collor e seu governo, o trabalho foi dividido em dois capítulos.

No primeiro capítulo, discutiremos sobre as produções mais recentes e revisadas sobre o período Collor, com isso será abordado o contexto social e político que o Brasil estava envolvido nesta final de década dos anos 1980 e início dos anos 1990, dando toda uma ênfase as eleições de 1989, onde o nosso personagem surge no cenário político nacional. Ainda abriremos espaço para os seus primeiros movimentos como presidente do Brasil e de sua desastrosa política de governo com seus “planos Collor”.

No segundo capítulo, a proposta segue em discutir e analisar as influências vivenciadas por Fernando Collor de Mello, desvendando o seu passado de envolvimento com homens públicos e de carreira política. Neste sentido, passaremos a explorar e compreender os acontecimentos que se deram no final do governo Collor e que repercutiram em toda a sociedade, de modo negativo, e que Glauco a partir de suas charges foi capaz de capturar e transmitir à população brasileira, este sentimento de indignação e traição. E concluiremos com uma análise sobre o Brasil de antes, em referência com os acontecimentos que envolveram toda a sociedade brasileira nesta conjuntura dos últimos anos.

2. CAPÍTULO I

ABREM-SE AS CORTINAS: o palco de uma história de terror

2.1 O “CAÇADOR DE MARAJÁS” NAS LINHAS HISTORIOGRÁFICAS: o perfil multifacetado de um presidente

Apesar do grande impacto que foi a deposição de um presidente da República, através do impeachment, pouco foi discutido sobre a Era Collor, no entanto, com o aniversário de 20 anos deste evento, muitas notícias começaram a ser veiculadas lembrando ao “esquecido” brasileiro as permanências e continuidades que o nosso país resplandece nas tessituras da história. Mesmo com a derrocada de Collor e da articulação de setores da sociedade exigindo um comportamento ético dos governantes brasileiros, alguns dos problemas evidenciados naquele período ainda persistem no contexto atual, deste modo, é importante discutir sobre o anseio da sociedade civil brasileira por uma política calcada em princípios éticos, seja ele em qualquer período.

Na eminência de não deixar as máculas do passado se repetirem neste presente e nem num futuro próximo, alguns autores dedicaram seu tempo e afincou a concepção de obras que reestabelecem a memória que ficara inócua no tempo, assim como outros trabalhos mais próximas daquele fatídico acontecimento e que devem ser revisitadas e colocados toda uma nova atenção.

Entre estes, o jornalista Mário Sérgio Conti¹² que tem como foco central a relação do governo Collor (1990-1992) e as artimanhas e manobras com a imprensa brasileira; Carlos Melo¹³ procura fazer uma análise que expõe detalhes de todo o contexto político, econômico e social que permitiu ao personagem Collor cair nas graças dos brasileiros e vencer a eleição; Rodrigo de Carvalho¹⁴ traz um levantamento das eleições de 1989, numa tentativa de compreender e analisar o processo de redemocratização no Brasil.

¹² Com seu livro “*Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*”. Publicada pela Ed. Companhia das Letras em 1999.

¹³ Com as discussões presentes em sua obra “*Collor: o ator e suas circunstâncias*”. Publicada pelo grupo Novo Conceito em 2007.

¹⁴ Com sua recente obra “*A era Collor – da eleição ao impeachment*”. Publicado pela Fundação Mauricio Grabois em 2012.

E ainda os artigos científicos mais recentes da atualidade com discussões aprimoradas e profundas, como a de Brásilio Sallum Júnior e Guilherme Paixão e Casarões¹⁵ que dentre as discussões presentes na literatura acadêmica sobre o que levou ao impeachment do presidente Collor, faz algumas críticas e aponta questionamentos que melhor poderiam ser aproveitados, para explicar os aspectos desta política que articularam esta possibilidade uma realidade; por fim o trabalho de Rozinaldo Antônio Miani e Fernanda Targa Messias¹⁶ que através do periódico semanal humorístico “*Enquanto isso na Casa da Dinda...*”¹⁷, procuraram observar fatos e acontecimentos, emanados de imagens e textos verbais, que se apresentaram durante o governo Collor.

Numa empreitada que levou dois anos para ser concluída, Mário Conti investigou aspectos da vida e governo¹⁸ do presidente Fernando Collor de Mello, na verdade foi um trabalho que lhe custou muito, ao mesmo tempo que inovador no meio jornalístico, mas comum no ramo do historiador, isso porque, ele teve que adentrar em seu mundo e estabelecer análises que envolviam seus colegas de trabalho, este movimento que para o historiador é a base de uma boa estruturação das dissertações de pesquisas, para Conti lhe custou emprego na época da publicação do livro.

Entre essa forma de escrever e a qualidade do que foi analisado, o autor cria uma visão crítica, de forma geral, de um dos períodos mais conturbados da história política do nosso país, e que mostra como a imprensa teve um papel determinante na criação deste personagem que esteve à frente do governo brasileiro por um período.

A obra em si parte do princípio que Collor era um político nato, longe daquele normal e com um discurso preparado para momentos de crise, e que diante de uma sociedade que clamava por um salvador, Collor se apresentou com tal. Nas discussões que o autor segue por toda sua obra percebemos o grau de importância dos meios jornalísticos da época, nos seus sentidos de mal e bem, grande foi o “trampolim” midiático para se chegar ao poder,

¹⁵ Com o artigo “*O Impeachment do Presidente Collor: a literatura e o processo*”. Publicado na Revista Lua Nova de São Paulo em 2011. Este constitui um dos resultados da pesquisa “*Impeachment: crise e transição política*”, que conta com o apoio do CNPq.

¹⁶ Com o artigo “*Enquanto isso na Casa da Dinda...*”: a (outra) história do governo Collor contada nas páginas do *Jornal da CUT São Paulo*. Trabalho apresentado no GT de História da Mídia Alternativa, integrante do 9º Encontro Nacional de História da Mídia, em Minas Gerais no ano de 2013.

¹⁷ O nome “Enquanto isso na Casa da Dinda” fazia referência clara a uma escolha do presidente em residir em uma mansão de sua família (particularmente, de sua madrinha, avó de Leda Collor, mãe do ex-presidente) durante seu mandato, contrariando a história e as expectativas de morar na Granja do Torto ou no Palácio da Alvorada, residências funcionais e oficiais da Presidência da República (FIGUEIREDO; MORAIS, 2009, p.61).

¹⁸ Conti entrevistou dezenas de pessoas ligadas ao governo de Fernando Collor de Melo e também aos órgãos de imprensa, contribuindo assim para dar uma visão macro não só daquele momento político, mas dos jornalistas e seus empregadores.

contudo, este mesmo artifício se quebrou e com ele foi junto a popularidade e a imagem de Collor, se o tradicional político não era suficientemente capaz de pôr o Brasil nos eixos, nem sempre o novo representa uma mudança para melhor.

Nesta mesma luz, sobre importância da imprensa, como órgão condutor de opiniões e com forte apelo historiográfico, foi que o cientista político Carlos Melo desenvolve seu livro. Para ele assim como Mário Conti, este fenômeno de mídia, Fernando Collor de Melo, soube tirar proveito do marketing e do medo das elites e da grande maioria dos políticos do presidencial Luíz Inácio Lula da Silva¹⁹.

(..) Fernando Collor de Mello, no entanto, perdeu-se no jogo de aparências. Foi leão quando deveria ser raposa; foi raposa onde só poderia ter sido leão. Aproveitando-se da popularidade e dos 35 milhões de votos de 1989, desconsiderou os partidos, os artistas, a sociedade organizada; invadiu redações. Não deu importância por constituir maioria no Parlamento. Ignorou os reclamos de deputados e senadores; perseguiu desafetos. Como não poderia deixar de ser, as raposas protegeram-se do leão e prepararam as armadilhas. Quando tentou se compor, já era tarde (...). (MELO, 2007, p. 204).

Carlos Melo neste ínterim ainda destaca o contexto de crises que o Brasil estava passando, de um lado o Brasil procurava uma legitimidade política e por outro sanar as dificuldades econômicas. Para um astuto político estas eram as deixas necessárias para compor um discurso onde o processo democrático o colocaria no poder, o chamado fenômeno Collor não é caso único e extraordinário, mas resultado da dinâmica das relações históricas e sociais daquele tempo.

Nesta concepção menos romântica da nossa história política, acerca da Era Collor, onde o “todo poderoso” Collor mandava e desmandava sob os meros “mortais brasileiros”, reside as questões propostas pelo pesquisador Rodrigo de Carvalho, que não desconsidera o forte aparato da imprensa na época, entretanto, para compreender os rumos que o governo Collor seguiu e os movimentos sociais advindos dele, é necessário realizar um questionamento onde envolve o governo e o a situação política deste período, assim como seus articuladores, políticos ou não.

Sendo assim, a principal resposta para compreender os resultados do governo Collor, devem partir das considerações feitas dentro de uma perspectiva social de seu tempo, o autor destaca o importante papel dos estudantes e das ditas elites brasileiras como elementos centrais nesse processo. Mais que demonstrar passivamente, os acontecimentos entre 1989 a

¹⁹ Na eleição de 1989, Collor venceu Lula no 2º turno pregando o medo de um possível governo de esquerda estatizar ainda mais a economia e fazer a reforma agrária. Somado isto a uma perspectiva dos discursos inflamados de Collor e a evidente rejeição do Sistema Globo de Televisão, com grande audiência na época, ao então candidato Luíz Inácio da Silva (Lula).

1992, é imprescindível recuperarmos discursos que envolveram a campanha, o desenrolar do governo e o próprio impeachment, de forma crítica e ampla sobre os episódios, destacando o papel dos agentes políticos, as circunstâncias mais abrangentes e os desdobramentos do período Collor, seja em sua face social, política ou cultural.

Sob a perspectiva destes autores, temos em mãos um item essencial para se compreender o período Collor, fontes riquíssimas e com um potencial analítico imensurável. Estamos falando da imprensa contemporânea dos eventos descritos, mais que procurar entender os porquês da história, e necessário se empreender questionamentos, além do político e de seu governo, devemos entrar nas associações e cotidiano que cerca o objeto de pesquisa, para isso procurar vestígios desta época, sob uma ótica viável, surge a opção de investigar as mais diversas possibilidades que emanam destas instituições jornalísticas.

Para os dois autores Brasílio Sallum Júnior e Guilherme Paixão e Casarões, eles procuram entender de forma sólida como se deu o processo de impeachment do presidente eleito, mas não simplesmente ter uma resposta clichê, digamos assim. Não é possível que a historiografia atual, com todos os seus métodos e possibilidades, ainda não foram capazes de produzir uma obra que saísse das problemáticas costumeiras dos historiadores sobre a Era Collor, e suas análises de eventos políticos, onde desvendamos as inquietações no próprio questionamento, sob esta perspectiva simplista:

(...) Tentaremos nos mover no espaço amplo entre o “acaso” e a “necessidade histórica” tentando esboçar aquilo que nos parece mais fazer falta à produção acadêmica sobre o impeachment do presidente Collor: um quadro inteligível que articule os fatores apontados pela literatura acadêmica – ou por ela às vezes subestimados – como responsáveis pelo impeachment (...). (SALLUM JR. e PAIXÃO E CASARÕES, 2011, 164-165).

Neste processo de busca das bases estruturadas a respeito deste processo político, os autores, estudam a fundo as orientações dos autores Thomas Skidmore e Carlos Melo a respeito do presidente Collor, e assim compreendem que os cientistas sociais, entre eles estes citados, ou fazem uma análise com ênfase na personalidade ou uma acerca da imagem simbólica do presidente. Mas nunca experimentaram unir as duas facetas, deixando as lacunas no âmago historiográfico.

Seja o sistema presidencial vigente na época, com toda sua instabilidade política, ou as dinâmicas que acompanharam as entidades vinculadas a oposição de Collor, a questão é entender, e neste sentido todos aspectos contribuem, a complexa conjuntura de fatos que possibilitaram a ascensão, o pouco tempo de permanência e a tão disseminada queda do presidente.

Neste sentido, as críticas dos autores são válidas, entretanto acredito que numa historiografia, o importante não seria abordar todos os aspectos inerentes sobre o objeto de pesquisa na busca de realizar uma história total, com a pretensão de abarcar todos feitos da ação racional humana. Mas, aquele lado, aquela partícula, aquela série que o historiador pretende analisar, essa sim, deve ser completa, seu objetivo é trabalhar com as várias possibilidades que a história se apresenta, neste novo contexto, e com uma detalhada revisão bibliográfica perceber as barreiras móveis da história, para que só assim as opiniões de diferentes pesquisas e fontes possam contribuir para o fortalecimento e solidificação de uma historiografia, sentada em preceitos da Nova História Cultural.

Outra marca da “Nova” História é a sua fragmentação. Em vez da história temos as histórias, “(...) Devemos renunciar à história global, à ambição de Febvre (...)”. (CERTEAU Citado por DOSSE, 1994, p. 182.). “É essa noção de história total que me parece problemática hoje [...] vivemos uma história em migalhas, eclética, ampliada em direção às curiosidades, às quais não precisamos nos recusar”. (NORA Citado por DOSSE, 1994, p. 182.) Assim, “os objetos de investigação aparecem como que isolados dos complexos mais amplos onde se realizam, onde a ideia de totalidade é substituída pela de fragmentação, ruptura”. (PETERSEN, 1992, p. 118.).

(...) a história serial descreve continuidades no modo de ser do descontínuo (...), ela decompõe, por definição, toda a definição prévia de uma história ‘global’, pondo em questão precisamente o postulado de uma evolução considerada homogênea e idêntica, de todos os elementos de uma sociedade [...] atomiza a realidade histórica em fragmentos tão distintos que compromete, ao mesmo tempo, a pretensão clássica da história à apreensão do global.” (FURET, 1977, p. 72-73.)

Um exemplo fiel deste novo tipo de historiografia encontramos no artigo de Rozinaldo Miani e Fernanda Messias, amparados por fontes, que descrevem bem a nova situação da historiografia brasileira. Os pesquisadores se utilizaram das charges e postagens do Jornal da CUT de São Paulo, na seção nomeada de “*Enquanto isso na casa da Dinda...*”, que de forma crítica e bem humorada foram capazes de compreender as atuais convicções e condições políticas da época, demonstrando que a partir destas publicações aquela conjuntura social estava abastecida de um forte aparato comunicativo sobre o governo.

Através das análises deste corpus documental os autores conseguiram identificar os elementos que compunham a crítica que era apresentada pelo movimento sindical ao governo Collor. E acabou indo mais além, nos anseios de informar, de modo informal, a população sindical as ditas seções do Jornal acabaram possibilitando um acevo extraordinário que

contam como o governo foi desenvolvendo suas práticas “corruptas”, como também suas vitórias no âmbito econômico do país.

A perspectiva desta pesquisa muito se assemelha as concepções tomadas pelos autores Rozinaldo Miani e Fernanda Messias, a sensibilidade em perceber que as imagens e os textos que as acompanham são fontes extremamente carregadas de intencionalidade, mas sobretudo, partilhada por uma grande parcela da sociedade, e que de sua forma “chocante” como são as estratégias do humor, apreendem o indivíduo que toma conhecimento da realidade política que o envolve.

Percebemos também que a complexa tomada de atitude para informar e criticar sobre o governo, se dava principalmente pelos meios de comunicação midiáticos da época, assim vistos pelas passagens das demais obras citadas nesta revisão da bibliografia sobre o período Collor. Afinal, como esses autores, a pesquisa pretende realizar um estudo sobre este período, entretanto, com um enfoque mais direcionado ao personagem Fernando Collor de Melo, e a sua eventual desconstrução imagética no final de seu governo.

Assim como os autores Miani e Messias, as fontes para a constatação desta problemática se dará através de charges humorísticas, sendo estas encontradas no acervo do Jornal A Folha de São Paulo, mais especificamente as que foram produzidas pelo chargista Glauco Villas Boas entre os meses de maio e dezembro de 1992, onde surgiram as críticas mais pesadas ao seu governo e a sua pessoa, e que culminaram na sua deposição do cargo de presidente da república.

2.2 O BRASIL NO ÍNICIO DOS ANOS 90: a situação política de um país calejado

O cenário que surge na mente de muitos brasileiros, que se lembram e viveram estes anos plenamente, entre 1985 e 1994, num contexto de rupturas em praticamente todas as esferas sociais de nosso país, sejam elas culturais, políticas e econômicas, era de um verdadeiro caos, regado a rompantes de esperança. A nação brasileira, assim como boa parte do mundo estava vivenciando um período de transição, aqui no Brasil, depois de ter amargado quase três décadas de ditadura militar, o país voltava a ser uma democracia e uma vez mais o povo iria escolher seus governantes através do voto direto.

A ditadura militar teve seu início com um golpe em 1964, onde o presidente eleito democraticamente²⁰, João Goulart (Jango), foi deposto de seu cargo e exilado no exterior. Deste, assume o general Humberto de Alencar Castelo Branco, que fora eleito pelo congresso, tendo em seu mandato elaborada uma nova constituição.

Em 1967 entra em cena o mais rígido e severo presidente dentre todos que compuseram o rol dos militares no poder, o General Arthur da Costa e Silva, o pai do Ato Institucional 5²¹, que ampliou os meios repressivos deste regime e concedeu poderes ilimitados ao presidente. Com sua morte assume o General Emílio Garrastazu Médici, mesmo com o forte aparato da censura à imprensa, no seu governo houve um enorme crescimento econômico que ficou conhecido como o “milagre econômico”²².

O General Ernesto Geisel assume o governo prometendo uma “reforma política”, que aconteceria “de forma lenta, gradual e segura”. É interessante observar que sob seu comando a economia do país despencou drasticamente e neste momento de crise o Brasil inicia um longo processo de recessão, sendo mais incisivo com o aumento dos preços do petróleo, o alto nível da inflação e a temida dívida externa que chegou a valores exorbitantes.

Para a presidência sucedendo o General Geisel, assume o General João Batista Figueiredo que toma posse em 1979, respeitando o compromisso de dar continuidade a “reforma política”, o chamado processo de distensão²³. Os militares, decadentes, ainda no

²⁰ Com a renúncia do Presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, João Goulart deveria assumir o governo. Mas partidos da oposição, como a UDN (União Democrática Nacional) e os militares tentaram impedir a sua posse. A solução encontrada pelo Congresso Nacional foi instaurar o sistema Parlamentarista, no qual o poder do Presidente fica limitado, ele indica, mas pouco interfere nas ações dos Ministros e no dia 07 de setembro de 1961 Jango tomou posse. Em janeiro de 1963 houve um plebiscito (consulta popular), para que se decide sim ou não pela continuidade do Parlamentarismo e com 82% dos votos, o povo optou pelo fim deste sistema de governo e pela volta do Presidencialismo. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/>>. Acesso em 24 abril de 2015.

²¹ Redigido pelo ministro da Justiça Luís Antônio da Gama e Silva, o AI-5 entrou em vigor em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do então presidente Artur da Costa e Silva. O AI-5 foi uma represália ao discurso do deputado Márcio Moreira Alves, que pediu ao povo brasileiro que boicotasse as festividades de 7 de setembro de 1968, protestando assim contra o governo militar. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acesso em 28 março de 2015.

²² Em 1967, a economia dava sinais de recessão. Delfim Netto, então encarregado pela economia do país, passou a investir nas empresas estatais, nas áreas de siderurgia, petroquímica, geração de energia, entre outras. As medidas surtiram efeito, e os investimentos nas estatais renderam muitos lucros. O processo de industrialização finalmente havia chegado ao Brasil, gerando milhões de empregos. Em 1969, quando Emílio Garrastazu Médici assumiu a presidência, o “Milagre Econômico” acontecia. Como resultado, nos anos seguintes, a classe média teve aumentos consideráveis em sua renda, enquanto aumentava o abismo social no país. O aumento das desigualdades sociais e as dívidas externas assumidas nessa época são as principais heranças do Milagre Econômico no Brasil. Retirado: (FURTADO, Celso. O Brasil pós- “milagre”. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981).

²³ O projeto de redemocratização concebido por Geisel previa a adoção de um conjunto de medidas políticas liberalizantes, cuidadosamente controladas pelo Executivo Federal. Isso incluía a suspensão parcial da censura prévia aos meios de comunicação e a revogação gradativa de alguns dos mecanismos mais explícitos de coerção legal presentes no conjunto das leis em vigor, que cerceavam as liberdades públicas e democráticas e os direitos individuais e constitucionais. É preciso salientar, porém, que o projeto de distensão não refletia a crença na democracia, tanto por parte de Geisel como dos militares que participavam de seu governo. Retirado: (CARDOSO, Irene de A. R. Memória de 68: terror e interdição do passado. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 106,2. sem. 1990).

poder, pregavam uma transição democrática lenta, neste ínterim, a sociedade cada vez mais negava apoio ao governo, que insatisfeita com a atual situação do país, queria o fim do regime o mais depressa possível, e para isto saem as ruas pedindo eleições diretas.

No ano de 1984 o Brasil era “um barril de pólvora”, prestes a explodir e todos os estilhaços tinham uma única direção: o governo militar brasileiro. Neste mesmo ano, estava programado uma nova eleição para presidente, contudo, seria realizada de modo indireto através do Colégio Eleitoral.

Para o tão almejado sonho da sociedade brasileira de voltar a ser um país democrático, o primeiro passo seria que as eleições fossem realizadas pelo voto popular, em outras palavras de forma direta. Para isso ocorrer, deveria ser aprovado uma emenda constitucional proposta pelo deputado Dante de Oliveira²⁴ (PMDB-MT).

Foram realizadas várias manifestações públicas. Mas, dois comícios marcaram a campanha, dias antes de ser votada a emenda Dante de Oliveira. Um no Rio de Janeiro, no dia 10 de abril de 1984 e outro no dia 16 de abril, em São Paulo. Aos gritos de Diretas Já! Mais de um milhão de pessoas lotou a praça da Sé, na capital paulista. (GASPARI, 2004, p. 234).

Essas manifestações era um sinal claro de que a população não mais seria silenciada de forma arbitrária, e que a poderosa máquina governamental do regime militar estava ruindo. O símbolo da campanha era a cor amarela, em nítido sinal de nacionalismo, e nada mais comum que a cor deste país para reacender o espírito democrático da população. Com a conquista da eleição direta, o povo pretendia poder eleger seus representantes, além de apontar mudanças significativas nos setores econômicos e sociais da já cambaleante nação brasileira.

O front deste movimento conseguiu reunir em suas fileiras lideranças estudantis, a exemplo da UNE (União Nacional dos Estudantes), intelectuais, artistas, a camada religiosa do país também se fez presente, assim como os sindicatos trabalhistas, como a CUT (Central Única dos Trabalhadores) todos em busca dos interesses das Diretas Já.

No dia 25 de abril de 1984, o Congresso Nacional se reuniu para votar a emenda que tornaria possível a eleição direta ainda naquele ano. A população não pode acompanhar a votação dentro do plenário. Os militares temendo manifestações reforçaram a segurança ao redor do Congresso Nacional. Tanques, metralhadoras e muitos homens sinalizavam que aquela proposta não era bem-vinda. (GASPARI, 2004, p. 239).

²⁴ Em 1984, o deputado federal Dante de Oliveira (PMDB-MT) enviou uma proposta de emenda para que fosse restabelecido o direito de eleições diretas. A Primeira Emenda Constitucional nº5 de 1983 ficou conhecida com Emenda Constitucional Dante de Oliveira e foi o primeiro passo para que findasse o governo autoritário do Regime Militar (1964-1985). Retirado: (GASPARI, Elio. A Ditadura Encurralada, São Paulo: Cia da Letras, 2004.).

Infelizmente os acontecimentos na vida real não podem ser manipulados como nas ficções, e com 298 votos no Congresso Nacional, a emenda constitucional Dante de Oliveira não foi aprovada. Para que pudesse se tornar realidade eram necessários dois terços dos votos, ou seja 320 votos, e como houveram 65 contras e 3 abstenções, e impressionantes 112 deputados não compareceram. A luta que tanto foi imposta em busca dos direitos democráticos teve que esperar um pouco mais.

Com a derrota no Congresso, restava aos brasileiros das “Diretas Já” a eleição indireta, o sonho se fizera adiado, mais no coração daquela população crente em mudanças, os acontecimentos de 1984 jamais seriam esquecidos e muito menos sobrepujados por uma pequena parcela que se diziam líderes da nação. Depois de articulações feitas no Congresso os indicados foram os civis Paulo Maluf (PDS) e Tancredo Neves (PMDB), as lideranças das Diretas Já ainda se faziam muito presentes no cenário político nacional e com seu apoio Tancredo Neves vence a disputa, no dia 15 de janeiro de 1985, esta data marcou o fim de mais de vinte anos de regime militar no Brasil.

O Brasil ainda viria sofrer mais um golpe antes de seu processo de redemocratização, isso porque, logo quando o poder voltava para as mãos dos civis, através das eleições indiretas, o eleito presidente, Tancredo Neves, não chega a assumir o cargo, falecendo antes de sua posse em abril de 1985. Então naturalmente assume o seu vice-presidente José Sarney, que respeitando o compromisso de encaminhar o processo de redemocratização do país fica no governo até o ano de 1989, mesmo tendo apoiado o regime militar.

Mesmo tendo sido vitoriosos nesse plano das mudanças nacionais, ainda restava um grande problema, a herança do governo regido pelos militares a sociedade estava vivenciando um ambiente onde denúncias de corrupção, associada a escândalos financeiros eram frequentes, na esfera trabalhista greves começaram a estourar devido ao congelamento dos salários.

Neste contexto de incertezas e recomeços, uma nova constituição²⁵ é elaborada, mesmo assim, os ânimos da sociedade não foram totalmente aplacados. Entretanto, a população tinha o conhecimento e a responsabilidade de que o país mais uma vez estava em seu poder, sendo assim era de obrigação estarem a par dos acontecimentos sobre a política

²⁵ Dentre as disposições estabelecidas pela nova carta destacaram-se a garantia dos direitos humanos contra a arbitrariedade do Estado; o enquadramento do racismo como crime inafiançável, a instituição de novos direitos trabalhistas, a extensão do voto aos analfabetos e aos adolescentes entre 16 e 18 anos; a ampliação dos poderes do legislativo, criação do juizado de pequenas causas, a substituição dos decretos-leis por medidas provisórias; medidas de proteção do meio ambiente e dos grupos indígenas. Retirado: (MOTA, Myrian. A História das cavernas ao Terceiro Milênio. São Paulo: Moderna, 1997).

nacional, e os seus novos líderes no anseio de demonstrar que o país estava progredindo rumo a um futuro estável pautado nas bases democráticas, entretanto era de conhecimento que:

Na década de 1980 e início da de 1990 (...) o Brasil enfrentava instabilidade e recessão, indefinição da política econômica e descontrole inflacionário (...) este quadro de instabilidade juntamente com a falta de investimentos provocou sérios lapsos na economia brasileira, como o atraso tecnológico em comparação com os padrões internacionais. Atraso que pode ser percebido na obsolescência das máquinas e equipamentos, nas relações de trabalho e até mesmo nos métodos administrativos gerenciais. (LACERDA, 2000, p. 159).

Os problemas que o Brasil enfrentava nesta época nada era mais preocupante aos governantes e a população do que a questão que envolvia a inflação no país, onde todas as medidas e políticas adotadas foram um completo fracasso. Na época em que Fernando Collor de Mello chegou a presidência o país enfrentava uma inflação mensal calculada em cerca de 81%, motivo pelo qual o levou a fazer um programa anti-inflacionário²⁶ como principal plataforma política de seu governo.

Tal era o problema inflacionário brasileiro que de 1986 a 1990, foram postos em prática quatro planos econômicos, ambos tiveram uma sobrevida mínima, mas nenhum com a magnitude negativa, como foi a do governo Collor.

(...) O Plano Collor foi tão violento, machucou tantas pessoas, que a população desejava a inflação baixa, mas não queria viver outro susto como aquele (...). Os economistas tiveram que encontrar uma nova fórmula, que foi a bi monetária. Como a lei brasileira proíbe que existam duas moedas na economia, então foi criada uma moeda virtual, que só existia como unidade de conta, mas não como meio circulante”, detalha sobre a instituição da Unidade Real de Valor (URV) (...). (LEITÃO, 2011, p. 126).

Mas como alguém que é posto para resolver os problemas do país acaba por intensificá-los, acreditamos que Fernando Collor de Mello tenha sido eleito para sanar as dificuldades do Brasil. Para entendermos o que aconteceu precisamos localizar este personagem nas tessituras da história, devemos contextualizá-lo no intuito de compreendê-lo, para só assim tirarmos nossas conclusões.

Dentre as muitas lembranças que ficaram cravadas no âmago dos brasileiros, o período anterior à eleição de Collor, são acontecimentos que nunca seriam esquecidos. A eleição de 1989 acabou por se tornar na historiografia brasileira um importante acontecimento

²⁶ Toda lógica do Plano Collor de estabilização está assentada no violento arrocho monetário como a arma anti-inflacionária. O desenho da reforma monetária no Plano Collor parece calcado excessivamente nos programas deflacionários implementados por diversos países no período do pós-guerra, em que se pretendia reestabelecer os níveis de preços e a taxa de câmbio praticados antes da guerra. Retirado: (NAKANO. Yoshiaki. As Fragilidades do Plano Collor de Estabilização. FGV. Jan. 1991).

do país, já que a última vez que o povo tinha votado em seu representante para presidente foi em 1960, 29 anos separaram a população de seus direitos democráticos.

E nesta conjuntura de acontecimentos e emoções diversas, o país deixava, para trás as mágoas do passado em embarcava numa nova Era. Dos embates políticos de 1989, resultaram na eleição de Fernando Collor de Mello, com as disposições eleitoreiras de um político que dizia o que o povo queria ouvir, sua plataforma de combate à hiperinflação, moralização e caça aos corruptos, que ficaram popularmente conhecidos como "marajás", caíram no gosto popular e lhe garantiram a faixa de presidente da República.

2.3 “O MEU PRIMEIRO ATO COMO PRESIDENTE SERÁ MANDAR PARA A CADEIA UM BOCADO DE CORRUPTOS”: surge a resposta que os brasileiros queriam ouvir

O ano de 1989 representou um marco na história política e social do Brasil, o povo estava recuperando finalmente um direito que lhes era garantido por lei, o voto. Acrescente esses dados a vontade imensurável de brasileiros interessados em serem os primeiros responsáveis pelo processo de redemocratização do país e a terem seus nomes gravados na memória de muitas cabeças ansiosas e vibrantes por mudanças no Brasil, e encontraremos 23 candidatos²⁷ para uma eleição presidencial.

Com as mais diversas propostas e tendências o cenário político nacional se transformou numa verdadeira arena de discursos e debates, já nesta época bastante acalorados, neste contexto competitivo de personalidades políticas, a definição do presidente da República acabou indo para o segundo turno entre os dois candidatos mais votados, Fernando Collor de Mello e Luís Inácio (Lula) da Silva.

A surpresa vinda do Nordeste do país não se colocava no início da campanha como um dos favoritos, assim como seu concorrente pernambucano Luís Inácio, ambos eram vistos por especialistas e críticos políticos, como personagens que possuíam uma força política

²⁷ Fernando Collor de Mello (PRN); Luís Inácio Lula da Silva (PT); Leonel Brizola (PDT); Mário Covas (PSDB); Paulo Maluf (PDS); Guilherme Afif Domingos (PL); Ulysses Guimarães (PMDB); Roberto Freire (PCB); Aureliano Chaves (PFL); Ronaldo Caiado (PSD); Affonso Camargo (PTB); Enéas Ferreira Carneiro (PRONA); José Alcides Marronzinho (PSP); Paulo Gontijo (PP); Zamir José Teixeira (PCN); Lívia Maria de Abreu (PN); Eudes Mattar (PLP); Fernando Gabeira (PV); Celso Brant (PMN); Antônio Pedreira (PPB); Manuel Horta (PDC do B); Armando Corrêa (PMB); e Sílvio Santos. Disponível em: <<http://www.tre-pe.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1899/candidatos-1989>>. Acesso em 03 setembro 2014.

emergente, poderíamos também colocar nesta lista Guilherme Afif Domingos²⁸. Enfim, dentre os nomes que mais eram cogitados para a presidência, e que eram a lógica histórica, já por terem sido importantes lideranças políticas no passado e ainda continuavam a exercer forte influência no país estavam Ulysses Guimarães²⁹, Leonel Brizola – do qual falaremos mais a frente –, e Mário Covas³⁰, e ainda nomes como Paulo Maluf³¹ e Silvio Santos³², também se faziam presentes neste cenário.

Nos acontecimentos que se sucederam nas campanhas eleitorais era notadamente uma disputa entre dois nomes, ambos, de histórico conservador e de esquerda ferrenha, mas que estavam em comum acordo de que o Brasil necessitava modernizar-se. De um lado o ex-governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola (PDT) e de outro o líder operário Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

O nome Collor por muitos eleitores e até mesmo políticos nem sequer tinha sido ouvido falar, mas nos primeiros meses de 1989 este fato iria mudar, naquele momento ninguém estava esperando um candidato surgir com tanta força. Fazendo bem o uso do marketing em sua campanha Collor soube bem moldar a opinião pública em esforços a favor de discursos eleitorais, ele acabou se tornando uma opção representativa do desprezo e mal-estar que muitos políticos “veteranos” causavam na massa popular.

Para a surpresa de muitos, o primeiro turno, das eleições ficaram assim, Fernando Collor (PRN) saiu vitorioso, com 20,6 milhões de votos (28%), Luiz Inácio Lula da Silva

²⁸ Guilherme Afif Domingos se apresentou como o “empresário do bem”. Um representante da elite, sem dúvida, mas, segundo seu discurso, cheio de vontade para atacar um dos grandes problemas do Brasil até hoje: a má distribuição de renda. À frente do Partido Liberal, entrou na briga para valer. Atacou, logo de cara, a poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo “uma estrutura que mama nas tetas do governo” e bateu forte em Brizola “é o que de mais conservador e anacrônico existe por aí”. Disponível em: <<http://www.istoe.com.br/>>. Acesso em 07 novembro de 2014.

²⁹ Ulysses Guimarães chegou às eleições de 1989 sem o mesmo prestígio que conquistara ao longo da bela, porém derrotada, campanha pelas eleições diretas para presidente de cinco anos antes. Após ver a emenda Dante de Oliveira ser derrotada no Congresso Nacional, Ulysses se transformou em uma espécie de símbolo maior das lutas pela redemocratização plena do país naquela segunda metade dos anos 80. Disponível em: <<http://www.istoe.com.br/>>. Acesso em 07 novembro de 2014.

³⁰ O ex-governador de São Paulo Mário Covas era o nome de consenso dentro do PSDB para assumir o posto de candidato à Presidência da República em 1989. Depois de desempenhar papel de destaque na Constituinte e de liderar a debandada do PMDB para a criação do PSDB, ele se apresentava como uma espécie de conciliador nacional, o nome que “não estava contra ninguém”, mas que se propunha a apresentar “algo concreto” para a criação do novo Brasil que recém entrava no período de redemocratização. Disponível em: <<http://www.istoe.com.br/>>. Acesso em 07 novembro de 2014.

³¹ Paulo Maluf chegou às eleições presidenciais de 1989 tentando provar ser um novo homem. Nos quatro anos anteriores o eterno candidato do PDS havia sofrido três duras derrotas consecutivas. A primeira no Congresso Nacional, quando foi preterido na eleição indireta para presidente por Tancredo Neves. Depois, em 86, no ano seguinte, disputou o governo de São Paulo e tornou a ser derrotado, desta vez por Orestes Quércia. A terceira e mais humilhante derrota havia sido em 1988, quando Eluiza Erundina, então no PT, derrotou o ex-prefeito biônico de São Paulo na disputa pelo comando da capital paulista. Disponível em: <<http://www.istoe.com.br/>>. Acesso em 07 novembro de 2014.

³² Silvio Santos chegou a gravar programas eleitorais e concorreria com o número 26, sob o nome de Armando Corrêa, já que não haveria tempo para mudança na cédula. No fim, foi impedido de concorrer, por irregularidades no registro do PMB, além de outras questões. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/jurisprudencia/julgados-historicos/silvio-santos>>. Acesso em 19 outubro 2014).

(PT) em segundo com 11,6 milhões de votos (16,08%), conquistando o direito de disputar o segundo turno. O terceiro lugar ficou com Leonel Brizola (PDT), que por pouco não toma de Luiz Inácio seu lugar na disputa, ele obteve 11,1 milhões de votos, apenas 454.445 a menos que o segundo colocado, entretanto, as pesquisas mostravam um grande embate para as duas vagas no segundo turno entre Luiz Inácio, e uma disputa particular entre Brizola e Collor.

Para Brizola, falta substância à candidatura Collor. Este é, a seu ver, candidato artificialmente, produto de mídia e resultado de um momento especial da política nacional. Seu balão, por consequência, é o mais fácil de ser atingido, podendo perder gás e sustentação muito rapidamente. “Você já pensou o quanto seria difícil derrubar um Ulysses, ou um Aureliano com 44%? ”, imagina Brizola. “Eles são políticos sólidos, à sua maneira. Não é o caso deste Collor”. (Revista ISTO É, julho de 1989)³³.

Leonel Brizola acabou de fato se tornando um forte crítico político da candidatura Collor, foram muitos embates em rede nacional entre esses dois candidatos, fato explicado talvez por entenderem que eram concorrentes diretos pela vaga no segundo turno. O candidato Collor, oriundo do cargo de governador de Alagoas, começou a trilhar seus passos e ganhar reconhecimento com seu principal argumento que era o combate a corrupção, aparentemente foi este o motivo que o levou a ser eleito como governador de Alagoas.

Fundador de seu próprio partido, o Partido da Reconstrução Nacional (PRN), Fernando Collor de Mello acabou vencendo o primeiro turno das eleições, superando seus adversários, que faziam parte de uma seleta gama de políticos nacionais. Com declarações audaciosas de que poderia, se eleito, por fim a corrupção que existia no país e alavancar o Brasil a categoria de nação do Primeiro Mundo, Collor caiu nas boas graças do povo brasileiro sedento por mudanças significativas no país.

Um outro importante personagem destas trajetórias da eleição de 1989 estava concentrado no candidato Luiz Inácio Lula da Silva, conhecido líder do Partido dos Trabalhadores (PT). Foi protagonista de forte oposição ao Regime Militar, o que lhe rendeu uma poderosa notoriedade entre o povo. Era caracterizado por muitos como um candidato carismático e com histórico político, baseado nas lutas sindicais e trabalhistas. Em mais uma entrevista concedida a Revista ISTO É, lhe foi indagado que “Há quem diga que o Sr., não está preparado para ser presidente”, sua resposta foi:

(...) Eu tenho dito para o pessoal do PT o seguinte: não se preocupem. Tem muita gente mais capaz do que eu, mas vou ocupar meu espaço tanto com o resultado eleitoral, bem mais com a quantidade de adubo que a gente está colocando essa

³³ Esta entrevista faz parte de uma série de outras entrevistas com os principais presidenciais de 1989, para ver esta e as outras matérias acesse: <<http://www.istoe.com.br/>>.

sociedade. Quanto a mim, quero desmistificar a figura do candidato. As pessoas, quando escolhem um candidato, querem um misto de ginecologista, pediatra, otorrino, ortopedista, cientista nuclear, ecologista, artista etc. etc. Leio nos jornais que, segundo o Brizola, o povo está precisando de um Moisés, profeta e guia. Eu não estou preocupado em ser profeta ou guia. (Revista ISTO É, abril de 1989).

Em relação a sua opinião Lula como era conhecido o líder do PT, ao candidato “fenômeno” Fernando Collor de Mello, faltando pouco mais de sete meses para as eleições, não via a figura de Collor como ameaça e aparentemente não reconhecia sua força política nesta disputa como mostrava nas pesquisas e a imprensa. Recém atribuído o título de “O Caçador de Marajás”, ao ex-governador alagoano Fernando Collor, visto por muitos agora como salvador, era tido como certo na próxima etapa das eleições, contudo, para Luiz Inácio o segundo turno seria travado contra Leonel Brizola, fato este que não foi consumado e mostraram o quanto o candidato Lula estava equivocado.

Em contraponto a esta opinião Leonel Brizola acreditava que iria decidir o segundo turno com Fernando Collor Mello. Nas pesquisas de opinião Brizola ocupava o segundo lugar, e mantinha sólido ataque ao seu alvo preferencial, Collor, a quem ele dirigia boa parte dos debates daquela eleição. Não foi de impressionar que o derrotado Brizola desse apoio a Lula no segundo turno da corrida presidencial, na visão de Brizola (Revista ISTO É, 1989), “(...) o candidato do PT representava a única possibilidade real de uma nova política no Brasil, conduzida por um candidato saído do povo, das frentes de trabalho e da luta sindical (...)”.

Chegado o segundo turno das eleições, Luiz Inácio, procurava de todo modo afastar os temores dos brasileiros sobre a figura que na sua opinião foram forjadas pelos seus adversários. A principal delas era a de um comunista revolucionário, que iria confiscar bens e implantar um regime ditatorial como o cubano aqui no Brasil, contudo, todos os seus esforços e apoios adquiridos para a etapa final das eleições, não foram suficientes para impedir que Fernando Collor de Mello vencesse a disputa e assumisse o cargo de Presidente da República do Brasil.

No segundo turno das eleições a vitória foi de Fernando Collor de Mello, que com 35.089.998 votos venceu o candidato Lula que obteve 31.076.364 votos, assim Collor se tornou o mais jovem presidente da história do Brasil. Vencendo a campanha de 1989, o povo brasileiro reassumia os seus direitos plenos democráticos, após cinco gerais terem usurpados por 21 anos a cadeira presidencial e logo depois de um breve mandato de José Sarney, o vice de Tancredo Neves. Fernando Collor de Mello se tornava o primeiro presidente eleito pelo voto direto, com bases firmadas na Constituição de 1988.

O êxito deste político alagoano foi de real novidade e surpresa entre boa parte dos políticos e críticos da época. Muitos acreditam e dão méritos ao seu forte poder de marketing político que foi sabiamente utilizado em sua campanha, pode-se dizer que foi um fator determinante nos resultados das eleições, sua eficácia foi amplamente perceptível, ele soube explorar todos os recursos tecnológicos da época, os efeitos especiais disponíveis ficavam evidentes na qualidade da imagem e dos programas produzidos.

A equipe de marketing político do candidato Collor soube aproveitar cada detalhe de sua plataforma eleitoral e transmitir para o eleitor de uma forma nunca mostrada antes, a imagem de um candidato disposto e forte, capaz de combater corruptos, além de ser um considerado líder que poderia levar o Brasil ao progresso, estes seriam os atributos reais que a população estava esperando de um presidente, naquela conjuntura que o país se apresentava.

(...) Collor escolheu um caminho totalmente novo, usando, pela primeira vez, a televisão de forma competente em uma campanha presidencial. Enquanto os grandes partidos ainda estavam discutindo quem seriam os seus candidatos, Collor já estava enviando a sua mensagem aos brasileiros. (FIGUEIREDO e FIGUEIREDO Jr., 1990, p. 277).

Sabendo de tal predisposição para se tornar um presidente, Collor e seus “assessores marqueteiros” caem de cabeça neste quesito, que seria, não apenas saber o que o povo queria ouvir, mas mostrar os meios eficazes de como fazer acontecer, pelo menos na criação propagandista. E foi o que aconteceu, se utilizando de meios sofisticados³⁴ da época Collor se destacava na campanha, se mostrava um homem jovem, de boa aparência, esperto e inteligente, e com uma energia e oratória impecáveis diante das câmeras – esses apenas alguns atributos que o presidenciável fazia passar para os eleitores. Além destes era um bom “ator na televisão”, e sabia explorar bem o uso da propaganda eleitoral para discursar ao público, se valendo mais de uma vez de sentimentalismos com o intuito de convencer os eleitores de que ele era o homem certo para o serviço de presidente.

(...) o candidato Fernando Collor de Mello se apresentava como alguém jovem, bem-apegoado, herói e “caçador de marajás”. Esta imagem atraía a mídia e a população brasileira, antes, durante e depois das eleições de 1989 (...) Collor aproveitou-se desta lua de mel com a mídia brasileira e se tornou presidente do Brasil. (ALBUQUERQUE, 1994, p. 108).

³⁴ Pinto (1989) relata um episódio em que o Senador Bruce Babbitt, democrata de Massachusetts e pré-candidato à presidência dos Estados Unidos, ao conhecer Fernando Collor em um jantar em São Paulo, em setembro de 1989, ficou muito bem impressionado com o perfil de político moderno de Collor de Mello e, por sua semelhança com Ronald Reagan, ambos com “televisão em seus olhos”.

E com todas idas e vindas da corrida presidencial, o vencedor acabou sendo o “azarão”, que foi capaz de conquistar gradativamente seu eleitorado baseando sua campanha em frases de efeito e boa apresentação na televisão. Juntamente com Itamar Franco³⁵, o seu vice na chapa, convenceram a maioria dos brasileiros que democraticamente o elegeram, Fernando Collor de Mello receberia das mãos de José Sarney “um país doente”, com problemas na economia, que afetavam diretamente todos os outros campos da estrutura nacional, seja ela social, político e até mesmo cultural.

No dia 16 de março de 1990 Collor tomava posse, efetivamente, e encontrava um Brasil esmigalhado por uma inflação que vinha corroendo o país desde o regime militar, era chegada a hora de pôr em prática tudo o que ele havia prometido. A confiança que lhe foi depositada e as esperanças de muitos brasileiros dependiam exclusivamente das atitudes e decisões deste novo governante, entretanto, o que esse povo iria encontrar na face de Collor era mais uma decepção, talvez até maior do que aquela de 1964.

O Brasil queria ver mudanças, e de certa maneira as viram, a população farta de crises intermináveis, conquistaram seu direito de voto novamente, presenciaram uma eleição que a muito não se via neste país, elegeram seu candidato de forma direta, atendendo aos seus anseios de 1984.

Finalmente era chegada hora de ver as tão esperadas mudanças, porém, não foi exatamente o que tanto desejaram, empossado, o presidente Collor confiscou os depósitos de poupança da população, iniciando o mandato polêmico que terminou num processo único neste país até hoje, de impeachment em 1992, de herói a vilão em menos de dois anos, Collor sofreu uma trágica mudança em sua personalidade projetada para o público.

2.4 NO PODER: os planos de Collor

Naquele fatídico mês de março de 1990 o Brasil estava conhecendo seu novo presidente da República democraticamente eleito. Fernando Collor de Mello não perdeu tempo, horas após a sua cerimônia de posse no cargo, o recém governante, já realizava os seus primeiros movimentos rumo a estabilização econômica do país. No entanto, os brasileiros

³⁵ Itamar Franco assumiu a presidência após o Impeachment de Fernando Collor de Mello de forma interina entre outubro e dezembro de 92, e em caráter definitivo em 29 de dezembro de 1992. O Brasil vivia um dos momentos mais difíceis de sua história: recessão prolongada, inflação aguda e crônica, desemprego, etc., os brasileiros se encontravam em uma situação de descrença geral nas instituições e de baixa autoestima. Disponível em: <<http://www.portalbrasil.net/politica>>. Acesso em 12 dezembro 2014.

estavam pasmos ao assistir na televisão em rede nacional a Ministra Zélia Cardoso³⁶ anunciando as diversas medidas que o governo colocaria em prática.

Dentre as mais preocupantes estavam o anúncio de que o governo confiscaria os investimentos, até mesmo aqueles feitos na poupança, isso deixou o povo perplexo com a nova situação que o presidente e sua cúpula governista impusera aos brasileiros. Esse pacote de modernização da economia seria efetuado através do Plano Brasil Novo³⁷, que posteriormente ficou mais conhecido como Plano Collor, esta modernização previa o ajustamento e melhoramento dos setores administrativos e numa vitalização da economia.

Para isso foram adotadas, entre outras, as seguintes medidas: o retorno do Cruzeiro como moeda; a paralização de preços e salários; o bloqueio de contas correntes e poupanças no prazo de 18 meses e a demissão de funcionários e diminuição de órgãos públicos.

A intenção principal era de frear os altos níveis da inflação, assim como extinguir alguns gastos tidos como desnecessários dentro do governo. No entanto, mesmo Collor tendo bloqueado cerca de 80 bilhões de dólares, não foram suficientes para impedir que o país entrasse em recessão, acompanhado de desemprego e os primeiros traços de um sentimento ainda não conhecido por Fernando Collor de Mello na presidência, a insatisfação popular.

Para nos situarmos o quanto era grave a situação econômica do Brasil nesta época de início de governo, entendamos que entre dezembro de 1989 e março de 1990, a taxa de inflação que girava em torno de 50% extrapolou esta marca chegando a incríveis 100% ao mês. “(...) Era uma situação que merecia, de qualquer que fosse o candidato eleito, uma dedicação especial e um ataque rápido ao problema, evidentemente, socialmente custoso.” (CARMO, Site G1, 2012)³⁸, ainda segundo Carmo o objetivo dos Planos adotados por Collor era:

(...) Atacar a inflação em 3 frentes: redução do excesso de liquidez (dinheiro circulando incentivava a alta de preços), corte de déficit público (excesso de gastos do governo) e desindexação (mecanismo que reajusta automaticamente os preços acompanhando a inflação passada). (CARMO, Site G1, 2012).

³⁶ Zélia Cardoso de Mello era uma jovem economista de pouco mais de 30 anos quando conheceu Fernando Collor de Mello, em 1987. Dois anos depois, tornou-se sua principal assessora econômica, depois de eleito, sua ministra da Fazenda. Zélia teve uma passagem, no mínimo, impactante pela Esplanada e se tornou uma das figuras centrais dos anos Collor. Disponível em <<http://www.portalbrasil.net/politica>>. Acesso em: 23 outubro 2014.

³⁷ O Plano Collor é o nome dado ao conjunto de reformas econômicas e planos para estabilização da inflação criados durante a presidência de Fernando Collor de Mello (1990-1992). O plano era oficialmente chamado Plano Brasil Novo, mas ele se tornou associado fortemente a figura de Collor, e "Plano Collor" se tornou nome de fato. Retirado: (BRESSER PEREIRA, Luiz C. e NAKANO, Yoshiaki (1991). “Hiperinflação e Estabilização no Brasil: o Primeiro Plano Collor”. São Paulo, Revista de Economia Política, 11, 4(44), out. /dez.).

³⁸ Disponível em <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/09/planejado-contra-hiperinflacao-plano-collor-deu-inicio-abertura-comercial.html>>. Acesso em: 16 abril 2015.

A inefetividade³⁹ do Plano Collor, afim de controlar e pôr fim a inflação, foi uma realidade para todos, nestes procedimentos agressivos que foram tomados pelo governo, trouxeram apenas à tona a indignação e o descontentamento da população acerca do governo e da personificação do presidente, neste caso Fernando Collor de Mello.

Os grandes discursos e o uso abusivo das mídias e imprensa, acabou tornando o presidente eleito um personagem muito conhecido, antes com características positivas, só que agora, de forma negativa, essa popularidade se virava contra ele numa proporção bem maior do que aquela que ele adquiriu na campanha eleitoral.

Boa parte da culpa para essa reviravolta a respeito da popularidade presidencial, sem sombra de dúvida foi atribuída aos confiscos nas poupanças⁴⁰. A conta era simples e fazia sentido do ponto de vista econômico, na medida em que você reduz o dinheiro disponível em circulação, os consumidores não tem como comprar, sendo fácil daí para o governo controlar os preços, segundo o plano, o dinheiro confiscado deveria ficar preso por 18 meses e depois devolvidos em 12 prestações, mas na moeda nova⁴¹. Entretanto existiam particularidades.

Para as pessoas envolvidas, a coisa foi dura, como para uma pessoa que vendeu uma residência, colocou o dinheiro no banco, e não pode comprar outra (...) Você trata com o mesmo aperto monetário todo mundo, mas as condições são diferentes, como uma pessoa que estava hospitalizada, o dinheiro estava no banco e precisa usar para pagar o hospital”. (CARMO, Site G1, 2012).

Particularidades como estas, somadas, a um risco eminente de depressão no país, ou seja, uma paralização ou até mesmo o fim da economia, fizeram com que precocemente o bloqueio – que já vinha sendo violado – proveniente do Plano Collor, fracassasse. Entretanto, mesmo na incapacidade e nos retalhos que o Plano Collor estabeleceu no nosso país em busca de uma saída eficaz para retirar o Brasil da crise que havia se estabelecido, desses destroços administrativos, eis que aconteceu importantes mudanças no cenário político econômico brasileiro.

³⁹ Para o economista Belluzzo, professor da Unicamp, o plano, foi um “mal necessário”. “Os planos [Collor 1 e 2] foram meras interrupções das caminhadas para hiperinflações (...) Todos foram formas imperfeitas de bloqueio da hiperinflação”, opina. “Os planos não tinham elementos suficientes para estabilizar a moeda”. Na época a interpretação de que o plano falhara devido à liberação descontrolada de valores retidos, provocada por pressões sobre o governo e por erros de gerenciamento do programa. Decorre daí a tese de que o bloqueio da liquidez poderia ter dado bons resultados se tivesse sido aplicado com maior rigor e coerência. Retirado: (BELLUZZO, L. G. M. ; ALMEIDA, J. G. . Depois da Queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.)

⁴⁰ A medida mais controversa foi o “confisco” da poupança, que determinou que as quantias superiores a 50 mil cruzados novos depositadas em contas de poupança fossem bloqueadas e remetidas ao Banco Central. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/>>. Acesso em 09 março de 2015.

⁴¹ A moeda, que era o cruzado novo, voltou a se chamar cruzeiro. Os cruzados novos retidos, contudo, continuaram a existir. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/>>. Acesso em 09 março de 2015.

Após seis meses do lançamento do Plano Collor I, vulgarmente conhecido, o governo já estava pondo em prática o Plano Collor II. O primeiro plano econômico ficou famoso pelo confisco, mas teve outros aspectos importantes para o país, como a abertura comercial com outros países, entre eles os desenvolvidos, foi no governo Collor, neste contexto de instabilidade, que surgiram às privatizações das estatais e à redução das tarifas alfandegárias.

Sendo assim, com produtos importados a preços menores, devido a redução das tarifas de importação, a indústria nacional verificou a necessidade de progredir e se estruturar com intuito de promover uma melhor competitividade frente as modernas franquias internacionais. A intenção do governo era que com mercadorias vindo de fora mais barato, os responsáveis pela produção destas mesmas mercadorias no âmbito nacional, seriam obrigados a entrar no jogo capitalista da competição, melhorando seus produtos e reduzindo seus preços.

Os objetivos anti-inflacionários do Plano Collor, que se valeu entre outras medidas, do bloqueio da liquidez para derrubar a inflação elevada, teve êxito nos primeiros meses de sua implantação, entretanto, cerca de seis meses após seu lançamento a inflação voltara a subir. O Plano Collor I dava sinais evidentes de um mal planejamento e execução questionável, acredita-se ainda que um projeto que almejaria “(...) Manter a retenção dos haveres financeiros naquela escala era impossível, pois implicaria a paralisação do sistema de pagamentos e uma grave crise bancária (...)” (CARVALHO, 2003, p. 283), em outras palavras, inaplicável.

Um dos fundamentos do Plano Collor era a convicção de que, com o bloqueio da liquidez, o BCB recuperaria o controle da oferta de moeda e poderia ordenar a monetização, de forma a separar a moeda demandada para transações e a moeda demandada para especulação. A experiência do bloqueio demonstrou a impossibilidade de separar a demanda por moeda para fins especulativos e para giro dos negócios, dentro do conjunto formado pela moeda indexada e pela moeda convencional. O objetivo de controlar a monetização falhou, no essencial, por este motivo. (CARVALHO, 2003, p. 329).

Na condição de ineficaz do Plano Collor I de controlar e extinguir os altos níveis inflacionários do país, em janeiro de 1991, chegava ao conhecimento dos brasileiros um segundo plano, este também previa a diminuição da inflação, assim como, mais cortes orçamentários.

O governo pretendia controlar as altas dos preços ao passo que investiriam forte na indústria nacional, que se encontrava em “estado terminal”. As medidas implantadas neste segundo plano consistiam mais uma vez em barrar a progressão inflacionária, para isto,

congelaram preços e salários, além de promoverem uma reforma financeira⁴², o plano conseguiu produzir apenas um curto prazo de queda na inflação, porém, assim como seu antecessor retornou a subir novamente em maio de 1991.

Era o fim de mais uma manobra do presidente Collor e de sua comissão administrativa, com mais este fracasso, veio ao chão também, outra boa parcela da popularidade da “febre Collor” que agora realmente estava se tornando uma “cólera”, aos olhos dos brasileiros. Neste contexto de “doenças contagiosas” a então ministra da economia (fazenda), Zélia Cardoso de Mello, não resistiu a sucessivas derrotas em seu campo de trabalho e pediu demissão do cargo para substituí-la veio da embaixada brasileira em Washington, Marcílio Marques Moreira⁴³.

As medidas adotadas por Marcílio M. Moreira não conseguiram causar nenhum impacto efetivo na economia do Brasil, sua tentativa de interromper a alta da inflação através de uma gradual liberação dos preços e salários não surtiram os resultados esperados, e o Brasil continuou na hiperinflação. Nesta mesma época o presidente Collor não mais se preocuparia com os dados inflacionários e na sua luta ferrenha em arquitetar planos para acabar com este mal que assolava a população brasileira, sua atenção, agora estava voltada para o golpe final de sua popularidade, a investigação instalada pela CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito).

Os olhos da população que antes viam com desaprovação as medidas adotadas pelo presidente Collor para combater a hiperinflação no país, foram substituídos por olhares de raiva e indignação direcionadas ao que antes era o “herói” do povo. A administração de Collor estava sendo acusada de corrupção, e neste espaço, se incluíam alguns ministros, amigos e sua esposa, a primeira dama, Roseane Collor, entre seus amigos mais próximos e pessoais estava Paulo César Cavalcante Farias⁴⁴, vulgo PC Farias, acusado de gerenciar todo o esquema de corrupção no governo de Fernando Collor de Mello.

(...) Várias decisões do governo Collor foram influenciadas por PC Farias, que era o líder de uma forma de poder paralelo. Sua interferência se deu tanto no Palácio do

⁴² Na questão de aplicações, foi instituído o fim do overnight e criado o “Fundo de Aplicações Financeiras”, administrado por bancos e demais instituições financeiras. Tais mecanismos, aliados ao retorno da negociação da dívida externa, permitiram o aumento da entrada de recursos externos ao Brasil, preparando o país, mais para frente, para a aplicação do Plano Real. (1993). Retirado: (Zini Jr., Álvaro A. “Reforma Monetária, Intervenção Estatal e o Plano Collor”. In: O Mercado e o Estado no Desenvolvimento Econômico dos Anos 90. Livro do IPEA, 137.)

⁴³ Em 10 de maio de 1991, durante o governo Fernando Collor, tomou posse como ministro da Economia, Fazenda e Planejamento do Brasil, deixando o ministério em 2 de outubro de 1992.

⁴⁴ Nascido no dia 20 de setembro de 1945 em Passo do Camaragibe. Durante a campanha política para as eleições de 1989 o empresário mais conhecido como PC Farias foi tesoureiro da chapa que unia Fernando Collor de Melo e Itamar Franco para disputa da presidência.

Planalto, quanto no Banco Central, além de controlar quase todos os ministérios e os mais diversos setores da economia brasileira (...) o empresário manipulou os contratos brasileiros indicando funcionários para criar documentos falsos e criar contas fantasmas para onde iriam as verbas públicas que deveriam ser utilizadas nos setores da educação, saúde, segurança e previdência social. (DUARTE, 2001, p. 96).

A cartada final que pôs fim ao mandato de Collor se deu ironicamente pelo grande responsável por colocá-lo no poder, a imprensa, nada mais justo e poético, e ainda fica mais dramático. O princípio do fim começou a se desenhar após uma entrevista à revista *Veja*, Pedro Collor, irmão do presidente, foi quem revelou os esquemas, que envolviam também Fernando Collor. Essa revelação foi de uma magnitude tão brutal que a população já insatisfeita com a crise econômica e social, adquiriu um novo inimigo, o próprio governo, configurado na imagem do presidente Collor, que tanto lutou para impetrar essa fusão imagética entre governo e presidente.

A instalação da CPI tinha um propósito bem maior que a investigação da participação de Collor no esquema chefiado por PC Farias, se tratava de uma manifestação democrática que consolidaria de uma vez por toda, a imponência do povo perante um líder que não condiz com seu papel, ato nunca imaginado alguns anos atrás.

Collor ainda tentaria um último fôlego desesperado para impedir a destituição de seu cargo, mais uma vez ele fez uso de sua arma corriqueira e através de um discurso em rede nacional pediu para que os brasileiros fossem às ruas, vestidos de verde e amarelo, as mesmas cores de sua campanha e do Brasil em gesto de apoio ao presidente. A resposta do povo ao então Presidente da República foi atendida, com apenas alguns ajustes, ao invés de verde e amarelo o povo foi às ruas de preto, e no quesito defesa do presidente, a população a substituiu pela exigência do impeachment de Collor. E no dia 29 de setembro de 1992 a Câmara dos Deputados se reuniu para votar o impeachment do presidente, era o fim do “caçador de marajás”.

3. CAPÍTULO II:

LYCANTROPIA: a morte de um herói e o nascimento de um inimigo

3.1 A FACE CARISMÁTICA DA POLÍTICA: as influências de Fernando Collor de Mello

A relação da família alagoana Mello com a política não começou com a figura famosa do presidente da República Fernando Collor de Mello. O pai de Collor, Arnon Afonso de Farias Mello chegou ao governo do Estado de Alagoas em 1951 e foi senador da República de 1963 a 1983, a linhagem deste personagem político, Fernando Collor de Mello, ainda vai mais longe, isso porque seu avô materno, ao qual herdou o sobrenome Collor, também foi outro importante político do cenário nacional, Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor, chegou a ser ministro do trabalho durante o governo provisório nos anos de 1930, ao lado de Getúlio Vargas.

Fernando Collor de Mello realmente tem uma herança política muito forte. Quando Lindolfo Collor, seu avô, elegeu-se deputado estadual pelo PRR em 1921, mal ele sabia que estava semeando o início de uma trajetória política que resultaria numa presidência da República que levaria seu sobrenome, já que seu neto Fernando Collor de Mello chegaria ao cargo máximo da nação, depois de 68 anos desta primeira eleição de seu avô como deputado.

Lindolfo Collor ainda colecionaria importantes cargos no seio político nacional, entretanto, sua marca política era tão importante como sua disposição jornalística, onde ele sempre fazia este meio termo e figurava de forma eficiente em ambas as carreiras. “(...) em *A Federação*⁴⁵ condenou o levante tenentista de 1922, enfatizando a necessidade de defesa da ordem (...)” (Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930, FGV, 2001), até porque muitas legendas da época se faziam de editoriais em suas próprias agremiações partidárias.

O avô de Collor ficaria marcado definitivamente na história da política brasileira como uma das personalidades que se transformaram em grandes opositoristas do governo Getúlio Vargas, e da chapa Aliança Liberal. Entretanto, acumulou o cargo de ministro do Trabalho, durante o período de transição chefiado por Vargas, a passagem de Collor pelo Ministério do Trabalho durou apenas 15 meses, de dezembro de 1930 a março de 1932.

⁴⁵ *A Federação*, era um órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), responsável pela divulgação das ideias partidárias.

Empossado o novo governo, uma das primeiras medidas tomadas foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, cuja chefia foi entregue a Lindolfo Collor. À frente dessa pasta promoveu profundas alterações no tratamento dado à questão social no país, ocupando-se do reconhecimento de entidade sindicais, da constituição de juntas de conciliação para os conflitos entre patrões e empregados, da regulamentação da jornada diária de trabalho, da regulamentação do trabalho feminino e infantil, entre outros aspectos. (Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930, FGV, 2001).

Ainda sob a tutela de Getúlio Vargas no governo provisório, Lindolfo Collor, recusou seu convite para ocupar outro ministério. Tendo em vista que Vargas costumava retardar suas promessas de campanha, como a de retorno à democracia, Collor deixou o governo e voltou a Porto Alegre defendendo a volta do país ao regime constitucional, reassumindo a direção de *A Federação*, onde retomou sua face oposicionista, envolvendo-se com a Revolução Constitucionalista de 1932, que foi derrotada, resultando em seu exílio na Argentina.

Em relação ao seu pai, Arnon Afonso, começou a vida política, definitivamente, logo após o fim do período conturbado do Estado Novo ingressando na UDN, foi eleito como suplente de deputado federal no ano de 1945. Por este mesmo partido foi consagrado como Deputado Federal e Governador de Alagoas em 1950, neste período da política brasileira este advento era possível, eleger-se por mais de um cargo político, contudo, poderia optar por exercer apenas uma função, e Arnon, acabou se tornando o 14º governador eleito pelo povo alagoano, onde governou por cinco anos, a esta altura Arnon de Mello estava com 39 anos de idade. Em 1962 retorna a um cargo público, desta vez, como Senador, pela legenda do PDC, além desta candidatura, obteve mais duas consecutivas. Ingressando na ARENA, logo após a instituição do bipartidarismo no país que perdurou durante o Regime Militar, e a sua última legislatura aconteceu via Colégio Eleitoral em 1978, onde lhe foi atribuído o cargo de Senador Biônico⁴⁶.

É nítido as influências que Collor vivenciou de seu pai, que desde muito cedo bebia nas fontes inesgotáveis da política brasileira, um homem como Arnon de Mello, que até hoje é lembrado em seu Estado onde fez carreira política e teve uma vida dedicada à sua outra grande paixão, o jornalismo⁴⁷, era uma pessoa de opinião forte e temperamento explosivo, na mesma dosagem ao qual era suas paixões.

⁴⁶ Foi o nome com que ficaram conhecidos popularmente os parlamentares eleitos indiretamente por um Colégio Eleitoral, em consonância com a Emenda Constitucional número 8, de 14 de abril de 1977.

⁴⁷ Tornou-se repórter no Jornal de Alagoas e terminou sendo seu primeiro diretor-geral, em 1936, assim que este órgão de imprensa passou a pertencer à cadeia dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand. Também foi no Jornal de Alagoas que ele publicou seus primeiros poemas e começou a produzir críticas literárias. Hoje o legado de Arnon de Mello no jornalismo

Fernando Collor, teve em seu pai um direcionador nas suas primeiras decisões de sua caminhada política, assim como, seu gênio “agressivo” nas palavras, e sua conduta autoritária, resplandecida e comprovada pelo seu apoio ao regime militar. A questão é procurar comprovar até onde uma pessoa iria para defender seus pontos de vista e manter sua postura e dignidade de homem popular, e são estas as atitudes que Fernando Collor observa e que de certa maneira deveria compor sua estruturação política e de caráter.

No final da década de 70, Fernando Collor de Mello começa a substituir a influência de seu pai Arnon de Mello no estado. Sempre acompanhando o seu pai apreciava vê-lo em incursões por todo o Estado do Alagoas em atividades políticas e com este interesse não foi grande surpresa quando acabou tornando-se o mais jovem prefeito de Maceió, neste momento sendo indicado para o cargo pelo então governador Guilherme Palmeira, em 1979, Collor assumia seu primeiro cargo público aos 29 anos de idade.

Em 1982, foi eleito deputado federal, e em 1986, elegeu-se governador de Alagoas. Com discurso incisivo e medidas de impacto, como o corte de mordomias e super-salários no serviço público, tornou-se conhecido nacionalmente (...). Mais que isso, projetou-se como um forte nome na disputa pela Presidência da República e, em 1989, ganhou a eleição contra adversários, como Ulysses Guimarães, Mário Covas, Leonel Brizola e Luiz Inácio Lula da Silva. Foi o mais jovem presidente da história do Brasil – assumiu o mandato com apenas 40 anos de idade – e o primeiro a ser eleito pelo voto direto do povo, após o período do Regime Militar (1964-1985). (MELO, 2007, p. 192-193-194).

Um exemplo evidente de herança política foi o que aconteceu com Arnon de Mello e Fernando Collor de Mello, este último foi capaz de superar o primeiro em praticamente tudo, inclusive nos escândalos, no que se refere ao termo política esse sim, Collor, superou com louvor, tanto que mesmo tendo sido convidado a sair do cargo de presidente da república depois de quase ter destruído a economia do país e ter sido acusado de inúmeros casos de corrupção durante seu governo, ainda conseguiu voltar a fazer política e vencer mais duas eleições⁴⁸.

Fernando Collor de Mello foi nascido e criado entre os vorazes e sedutores caminhos da política nacional, um homem que respirou e viveu ensejos e manobras de astutos políticos, amigos de seu pai, e admiradores de seu avô, não é de se admirar que este sujeito com as conexões que ele herdou e as que criou, e todas as novas possibilidades, tenha conquistado

atinge todo o Brasil através da Organização Arnon de Mello (OAM) que reúne em seu complexo a Gazeta de Alagoas, o mais antigo veículo da empresa, fundada em 1934, a Rádio Gazeta (1960), TV Gazeta de Alagoas (1975), Gazeta FM (1978), Gazeta FM Arapiraca (1984), Gape e Gazetaweb.com (1995), Instituto Arnon de Mello (1996), Rádio Gazeta Pão de Açúcar (1997), G1/Alagoas e GE/Alagoas (2012) e TV Mar (2013).

⁴⁸ Em 2006, após mais de 10 anos afastado da política, Collor elegeu-se senador por Alagoas, reelegendo-se em 2014 e tornando-se o primeiro senador da história de Alagoas a ser o mais votado em todos os municípios do Estado. Para a Legislatura 2015-2019 assumiu a Liderança do PTB e do Bloco Parlamentar União e Força (PTB – PR – PSC – PRB).

tudo isto. Apesar de ter uma boa experiência com a política, Fernando Collor, não foi capaz de frear sua decadência e sua eventual interdição na máquina política. Como um adorado personagem, indicador de progresso e de estabilidade econômica, acaba se tornando alguém tão odiado pela população, líder de críticas negativas e o culpado por tudo que afligia o Brasil naquele momento, e o mais interessante num tempo recorde, assim como tudo na sua vida política.

3.2 PERSONALIDADE E DESCONSTRUÇÃO DE UMA IMAGEM A PARTIR DAS CHARGES DE GLAUCO

Depois de uma histórica disputa nas eleições de 1989, Fernando Collor de Mello chega ao poder de um país que clamava por melhorias, e com uma população farta de desmandos e injustiças por parte dos governos anteriores. Em Collor, o Brasil desejava encontrar a paz, num sentido bem além de conflitos pessoais nesta figura que se destacou expressivamente no palco da política nacional, os brasileiros firmaram seus anseios de que o país voltaria a ser próspero e estável.

Entretanto, a “carapaça dourada”, daquele que parecia ser a resposta que tanto a nação procurou e lutou para conseguir, começava se deteriorar. A imagem imaculada do Presidente da República iniciava um processo rápido de transformação para algo que no final desta história, será irreconhecível aos olhos daqueles que com muito ardor confiaram nas promessas de um homem, e para ilustrar tal processo de mudança resgatamos algumas obras do chargista Glauco, que na época trabalhava no Jornal A Folha de São Paulo, que tinha grande circulação no centro nervoso econômico do país.

Nascido em Jandaia do Sul, no estado do Paraná, em 10 de março de 1957, Glauco Villas Boas se tornou um grande cartunista e desenhista, vencedor de prêmios como o Salão Internacional de Humor de Piracicaba e a 2ª Bienal de Humorismo y Gráfica de Cuba. Glauco, assim como ele assina seus trabalhos, iniciou sua vida profissional por intermédio do jornalista José Hamilton Ribeiro, que publicou seus trabalhos no jornal Diário da Manhã de Ribeirão Preto, em 1976.

Em 1984 fez a obra “Autobiografia com exageros”, onde publicou no caderno *Ilustrada* do jornal Folha de S. Paulo, onde mostrou personagens como Geraldão (1981), Casal Neuras, Doy Jorge, Dona Marta e Zé do Apocalipse. Trabalhando na Rede Globo fez parte do elenco de redatores da TV Colosso e TV Pirata e desenvolveu algumas vinhetas, ele

ainda editou e colaborou com muitas revistas, longe de sua vida profissional também se aventurou como músico, onde costumava tocar guitarra em bandas de rock.

Glauco Villas Boas (1957-2010) foi um pintor das vaidades. De 1986 até a morte, assassinado dois dias depois de completar 53 anos, fez charge política na *Folha de S. Paulo* consciente de suas leis poéticas, crítico e conciso ao ver os políticos brasileiros como crianças a litigar no tanque de areia. Principalmente, e isso representou o mais difícil, narrou a história oculta do Brasil sem ressentimentos, consciente de que ridículos somos todos. (PAVAM, Revista Carta Capital, 2014)⁴⁹.

A abordagem dos seus trabalhos, além de focar as disposições políticas era o cotidiano e seu eventual desgaste, como os problemas conjugais, neurose, solidão, drogas e violência urbana que eram retratadas por Glauco sempre de modo leve e com os marcantes traços de humor e um tom de piedade. O nome de Glauco sempre esteve associado aos de Angeli e Laerte, a chamada “santíssima Trindade” dos quadrinhos brasileiros, pela afinidade e por trabalharem no mesmo jornal durante 25 anos.

Com um humor ácido, piadas rápidas, traços limpos, "ultrassofisticado no pensamento" e com "um jeito particular, que unia inocência e malícia", Glauco colaborou para a modernização do projeto gráfico e do estilo dos cartoons brasileiros em período coincidente com o do advento de uma geração pós-ditadura. (GAMA, Site UOL, 2013)⁵⁰.

Na madrugada trágica de 12 de março de 2010, na cidade de Osasco, o universitário Carlos Eduardo Sundfeld Nunes – que foi preso e confessou o crime – invadiu a casa armado com uma pistola automática e uma faca onde agrediu e atirou em Glauco e em seguida no seu filho Raoni Villas Boas por motivos ainda não esclarecidos. Glauco e Raoni foram enterrados no cemitério Gethsêmani Anhanguera, zona norte de São Paulo.

Glauco morreu mas deixou para traz toda uma nova perspectiva de se fazer humor, de forma consciente e crítica onde a principal função de suas charges realizaram seu devido propósito. A constatação de um Brasil que mudava e continua em movimento apesar de algumas adversidades, a grande maioria possuía apenas um desejo, de ver o Brasil livre de qualquer obstáculo para o seu desenvolvimento, e era o que estava expresso em suas obras.

O ano era 1990, o primeiro ano do mandato do presidente Collor, se passara apenas três meses para surgir as primeiras denúncias de corrupção no governo e que repercutiram explosivamente na imprensa, que agora estava livre da censura militar, e foi a fundo investigando o caso. Neste entendimento, ainda no ano 1990, no mês de outubro, as acusações

⁴⁹ Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/828/o-brasil-de-glauco-villas-boas-659.html>>. Acesso 23 abril de 2015.

⁵⁰ Este seria o site oficial de Glauco (homenagem). Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/glauco/queme.shtml>>. Acesso 13 novembro de 2014.

encontraram Paulo César Farias, um dos homens mais próximos do presidente, e o responsável pela organização de um dos maiores escândalos de corrupção da história do Brasil.

As denúncias de irregularidades onde envolviam o nome de PC Farias começaram antes mesmo do governo Collor, no período da campanha eleitoral quando foi tesoureiro. As acusações de que existia um forte esquema de corrupção no governo, teve início a partir das denúncias feitas pelo irmão do presidente Collor, Pedro Collor, até aí este seria o novo paladino da justiça no Brasil, entretanto, os motivos que levaram o irmão do presidente a realizar tais denúncias foram puramente por rugas empresariais, onde o foco das desavenças teria começado por conta de um jornal alagoano, o chamado Tribuna de Alagoas.

No segundo semestre de 1991, com Collor presidente, Paulo César Farias adquire o título Tribuna de Alagoas e investe pesado em criar um novo jornal diário. Compra o prédio na Via Expressa e máquinas e equipamentos de última geração (...) Pedro Collor, que dirigia a Gazeta, já começava a entrar em rota de colisão com o irmão presidente. Ele denuncia que Fernando Collor estava por trás do projeto de PC Farias. Percebe que, com muito dinheiro para investir, o tesoureiro poderia arruinar a Gazeta. A essa altura, Pedro já havia sido afastado da direção da Gazeta pela matriarca Leda Collor. (SALLUM JR. e PAIXÃO E CASARÕES, 2011, p. 119).

Tendo sido prejudicado Pedro Collor não se conformou, e forneceu uma entrevista à Revista Veja em maio de 1992, onde revelava todo o “Esquema PC”⁵¹. Era o início de uma derrocada presidencial, já que no teor da entrevista Pedro Collor afirma que seu irmão Fernando Collor sabia de tudo que se passava de irregular no país. O ex-diretor das organizações Arnon de Mello⁵² (OAM), foi ainda mais longe, Pedro Collor, relatou na entrevista que PC Farias era “testa-de-ferro” do presidente e possuía influência nas decisões de governo, além de ter comprado empresas e imóveis⁵³ que na verdade pertenciam a Fernando Collor de Mello.

Desta entrevista foi instaurada A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada para apurar as denúncias contra Fernando Collor referentes às atividades de Paulo César Farias. Nesta avalanche de acusações, uma outra entrevista, agora pela revista ISTO É, colocaria o presidente Collor de vez no foco das acusações, Francisco Eriberto França era o

⁵¹ Paulo César Farias, quem dá o nome ao esquema foi tesoureiro de Collor, desde os tempos de campanha, quando se tornou conhecido do grande empresariado nacional, PC recorria a expedientes invariavelmente inescrupulosos. No governo, usava sua influência junto ao presidente para vender favores, em troca de milhões de dólares, facilitava a vida de empresas em licitações de obras públicas e firmas fantasmas foram criadas para emitir notas fiscais frias.

⁵² As Organização Arnon de Mello (OAM) reúne em seu complexo a Gazeta de Alagoas, o mais antigo veículo da empresa, fundada em 1934, a Rádio Gazeta (1960), TV Gazeta de Alagoas (1975), Gazeta FM (1978), Gazeta FM Arapiraca (1984), Gape e Gazetaweb.com (1995), Instituto Arnon de Mello (1996), Rádio Gazeta Pão de Açúcar (1997), G1/Alagoas e GE/Alagoas (2012) e TV Mar (2013).

⁵³ O jornal "Tribuna de Alagoas" – que o ex-tesoureiro pretendia lançar em Maceió – era, na verdade, de Fernando Collor, além de um apartamento em Paris comprado por PC também pertencia ao presidente.

motorista da secretária de Fernando Collor, Ana Acioli, ele confirmou à revista que transportava cheques da empresa de PC Farias, da Brasil-Jet, que pagavam as despesas pessoais de Collor e da mulher Rosane Collor.

Um cheque vindo de uma conta fantasma de PC Farias, tesoureiro da campanha de Collor e organizador dos esquemas do ex-presidente, foi usado para comprar um Fiat Elba - e para reformar a Casa da Dinda, residência oficial do presidente. Quando essa prova foi obtida pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que cuidava do caso em 1992, a saída de Collor da presidência foi inevitável. (CARVALHO, 2012, 95-96).

Em julho, este cheque fantasma⁵⁴ ligou definitivamente o presidente Collor a PC Farias, ainda na linha das investigações a CPI do “Esquema PC” encontrou depósitos realizados na conta de Ana Acioli por integrantes do esquema e pelo próprio PC Farias. No relatório, o senador Amir Lando considerou que o comportamento do presidente fora incompatível com “a dignidade, a honra e o decoro do cargo e chefe de Estado”.

Figura 01 – “Charge de (23/07/1992)” retrata a pressão sobre Fernando Collor de Mello em razão da descoberta de cheques que comprovavam o pagamento de empresas de PC Farias a pessoas ligadas ao presidente.



Fonte: Site da Folha de São Paulo⁵⁵

⁵⁴ Cheque fraudado é um cheque que foi transformado em uma coisa bem diferente daquilo que era originalmente, pode ser um cheque que não foi emitido pelo banco, ou a assinatura não é verdadeira, a emendas no cheque, tipo alguém faz um rabisco e transforma a caligrafia de três para treze ou modifica a data. Nesse caso o cheque fantasma seria por conta da assinatura que não existia, era inventada por PC e seus secretários eram os artistas dos cheques-fantasmas.

⁵⁵ Acervo disponível no site da Folha de São Paulo: Disponível em: <<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/4270-20-anos-de-escandalos-de-corrupcao-em-30-charges#foto-79542>>. Acesso em 12 março de 2014.

Na figura 01 Glauco chama atenção para uma evidente tentativa de preservação da imagem do presidente Collor após sua incontestável participação no esquema de corrupção, que foi comprovada através de cheques onde envolviam as empresas de PC Farias e pessoas ligadas diretamente ao seu governo.

Embora o presidente Collor e todos os seus esforços para acalmar os órgãos de imprensa não tivessem surtido efeito, ele permaneceu um considerável tempo sem aparecer nas mídias, numa clara estratégia de deixar os eventos se acalmarem. E foi exatamente nesta decisão tomada por Collor, que o chargista Glauco se inspirou para realizar esta charge, onde a imprensa avida por uma declaração procura de toda forma uma resposta do presidente as acusações que lhe eram feitas, e mais uma vez os “assessores presidenciais” negavam o acesso a Fernando Collor de Mello que se enclausurava em ambientes privados, longe de qualquer assédio midiático.

As investigações revelaram que o “Esquema PC” teria arrecadado cerca de R\$ 15 milhões, sendo que mais de um bilhão de reais chegou a ser movimentado nos cofres públicos, todos esses valores em termos atuais. Com este resultado devastador nos cofres brasileiros, em plena crise econômica a já cambaleante popularidade do presidente Collor decaiu mais ainda e aquela sua fulminante tática de usar os meios midiáticos para se promover acabaram por se tornar seus principais algozes, e os famigerados cheques fantasmas sua ligação mais que próxima do articulador e idealizador do “Esquema PC”, o Paulo César Farias.

Mais uma vez recorrendo a sua habitual manobra de chamar atenção do povo brasileiro através das câmeras de televisão. O presidente Collor, se pronuncia e nega todas as acusações que lhe foram atribuídas na CPI, vale salientar, que já existia e, era crescente um movimento popular⁵⁶ que pedia a deposição de Collor da presidência.

Sendo assim, neste seu pronunciamento em cadeia nacional de televisões, seu principal objetivo era “abafar” estes movimentos e conseguir o apoio da maioria dos brasileiros, numa tentativa de evitar sua perda do mandato. O presidente ainda viria mostrar novamente uma face que muitos brasileiros ficaram impressionados durante a campanha, mas que agora, se apresentava como um desespero de um político que perdera todo o apoio do povo e de seus aliados, e sua veia artística, pautada no convencimento, não mais funcionava com um Brasil “vacinado” contra a hipocrisia.

⁵⁶ Em 14 de junho de 1992, a TV Globo começou a exibir a minissérie “Anos Rebeldes”, que mostrava jovens que lutavam contra a ditadura. O programa influenciou o movimento dos “caras-pintadas”. Este movimento se confunde com outro que já existia o “Fora Collor”, mas suas reivindicações eram as mesmas.

Em 20 de junho de 1992, em pronunciamento na TV, Collor negou as acusações e pediu para que as pessoas saíssem, no final de semana, com peças de roupas nas cores da bandeira nacional. Em reação, os jovens fizeram manifestações vestidos de preto, com os rostos pintados e gritando “fora Collor”. Foi a maior mobilização popular desde a campanha pelas Diretas Já. (CARVALHO, 2012, p. 188).

Figura 02 – “Charge de (23/08/1992)” sobre a tentativa do presidente Fernando Collor de Mello de se distanciar das acusações contra o empresário PC Farias. ”

Fonte: Site a Folha de São Paulo.



A figura 02 atenta para o personagem que representa o presidente Collor, num desesperado banho procurando livrar-se de toda a sujeira que estava surgindo e que envolvia o seu nome. Uma outra personagem também está envolvida na cena esta seria a famosa madrinha do presidente, “a dinda” como ele próprio costumava chamá-la, que na verdade era à avó de Fernando Collor, dona Leda Collor.

Glauco traz na imagem a situação que o presidente estava inserido naquele momento, em várias oportunidades o nome de Fernando Collor foi relatado na CPI, neste clima desfavorável o alagoano se via na necessidade de afastar qualquer que fosse sua relação com a linha de investigação, neste caso PC Farias. A charge mostra de forma cômica, uma das tentativas do presidente de se afastar de todo esse “lamaçal”, e na imagem mostra que para isso ele até recorreu a ajuda de sua “dinda” que por mais que esfregasse a “lama” continuava ali.

Na verdade Glauco estava pretendendo afirmar com essa charge, que quanto mais o presidente afirmava que não tinha nenhum envolvimento neste processo de corrupção, mais provas e vestígios demonstravam o contrário. Enquanto sua imagem, produzida por seus assessores, era perpassada aos brasileiros como homem íntegro, as investigações levavam a crer cada vez mais o presidente era culpado, ou seja, por mais “limpo” que ele procurasse aparentar, sempre surgia uma nova “sujeira”.

Se vendo cercado por todos os lados, seus apoiadores⁵⁷ declarando abertamente que era contra a permanência de Fernando Collor na presidência da República, este apelo do presidente de reivindicar apoio do povo, como sinal de que ele ainda estava forte no cargo, mesmo tendo sido provado sua participação no “Esquema PC”, acabou desencadeando o efeito contrário nos brasileiros. Mesmo se utilizando de suas manobras políticas e “artísticas”, e com um discurso empolgante⁵⁸, o inevitável fim do presidente já se anunciava nas entrelinhas desta sua convocação do povo brasileiro.

(...) que saiam no próximo domingo de casa com alguma das peças de roupa nas cores da nossa bandeira. Que exponham nas janelas, que exponham nas suas janelas toalhas, panos, o que tiver nas cores da nossa bandeira. Porque assim nós estaremos mostrando onde está a verdadeira maioria (...). (Fragmento do discurso de Fernando Collor de Mello, 1992, Site G1).

Os “Cara-pintadas”, foi a resposta de vários cidadãos, em sua grande maioria estudantes, indo as ruas com os rostos pintados, o verde e o amarelo, contrastando com o preto de repúdio ao governo. Foi a resposta definitiva que Collor não esperava vivenciar, neste momento ele tinha certeza de que o povo o colocara como inimigo da democracia, o mesmo inimigo que ele prometeu combater e expurgar do Brasil. Collor acabou alimentando e criando novos e indesejados “seres” que se infiltraram e impediam a boa condução do país.

⁵⁷ O então deputado federal Paulo Romano foi um dos parlamentares procurados por Collor. Filiado ao então PFL de Minas Gerais, Romano havia sido um dos primeiros governistas a declarar publicamente que votaria a favor do impeachment.

⁵⁸ No final de junho de 1992, diante da pressão da CPI, Collor pediu o apoio da população, no discurso que ficou popularmente conhecido como “não me deixem só”.

Figura 03 – “Charge de (21/09/1992)” o último pronunciamento de Collor na TV, pouco antes da aprovação pelo impeachment em 1992.



Fonte: Site A Folha de São Paulo.

Na figura 03 observamos a representação do famoso discurso do Presidente da República em rede nacional convocando o povo brasileiro às ruas. Neste momento Collor se via acuado e com poucos aliados, sua solução foi procurar a ajuda do povo para defendê-lo diante de tantas acusações, entretanto, esse foi mais um aliado que o presidente perdeu, isso porque o povo no dia seguinte a esse discurso foi às ruas exigindo a imediata saída de Fernando Collor de Mello da presidência.

Na charge Glauco retratou a aflição e preocupação de um presidente que expressava receio com o rumo das investigações sobre corrupção e sua inevitável condução ao processo de impeachment. Neste contexto de insegurança e desolação por parte do presidente, o chargista identificou que aparentemente o único que não abandonava Collor era justamente aquele que ele queria bem longe, PC Farias. E se utilizando do nome do discurso “não me deixem só”, como ficou popularmente conhecido, Glauco insere dois momentos na charge, no primeiro o apelo do presidente a população diante das câmeras e no segundo, a hilária participação do personagem PC Farias acalmando o presidente e dizendo que não o deixará, em nítida relação com o nome do discurso.

Depois destes acontecimentos, populares, de repudia para com líder político da nação, era chegada a hora dos representantes governistas tomarem suas decisões, era evidente que o presidente Collor, não era mais uma pessoa que se apresentasse digna de governar o país. E desta maneira, antes ainda das manifestações de rua, a câmara dos deputados recebeu um pedido de afastamento do presidente Collor, assinado pelo presidente da Associação

Brasileira de Imprensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho e pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcello Lavenière, entre outras entidades preocupadas com as denúncias acerca de Fernando Collor de Mello.

As manifestações públicas contribuíram bastante para que as atitudes a seguir fossem implementadas, contudo, foi pela competência e pelas mãos da CPI, que este processo se deu tão eficaz, sendo assim, no congresso nacional, a câmara de Deputados aprovou o pedido de impeachment do presidente Collor.

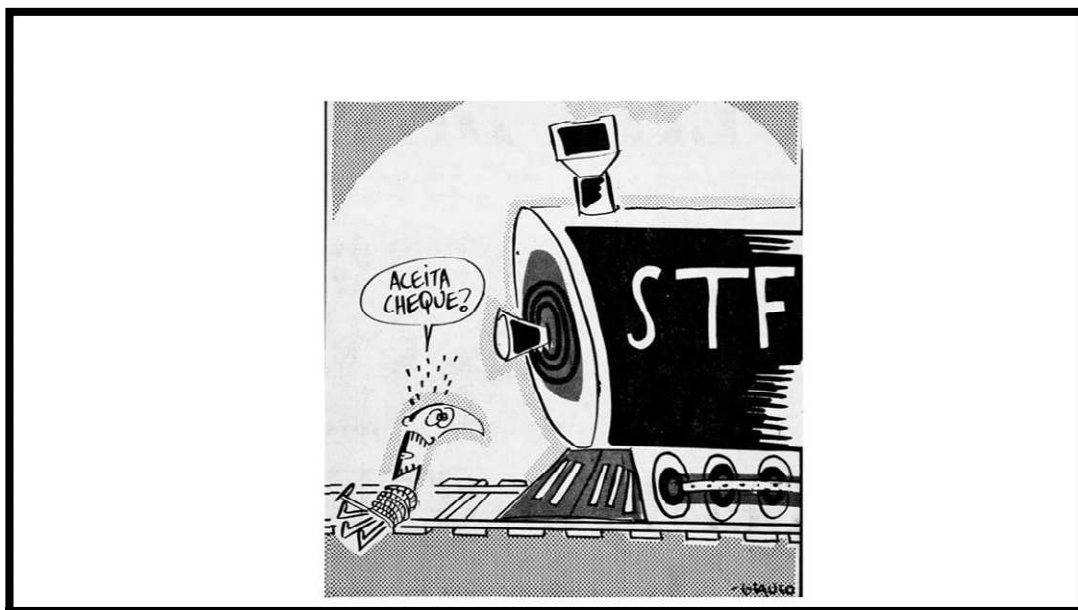
Esta medida, o impeachment, nunca antes tomada no país, revelou que muitos deputados sentiram a necessidade de tomar uma atitude, seja por pressão pública ou até mesmo por consciência moral, o fato é que deputados que até poucos dias atrás se colocavam como aliados destemidos do presidente, foram a favor e votaram pelo impeachment para não se colocarem em uma posição desconfortável perante a nação.

No dia 29 de setembro de 1992, milhares de brasileiros observavam e acompanhavam a votação histórica no congresso, e por 441 votos a favor e apenas 38 contrários, ficava decidido que Fernando Collor de Mello deveria se afastar do cargo de presidente da República até findar todo o processo. Com a remoção do presidente de seu cargo, no dia 2 de outubro assumia por tempo indeterminado seu vice-presidente, Itamar Franco, depois dessa derrota, o assim afastado presidente Collor, já imaginava que era um prelúdio para sua remoção definitiva da presidência, o processo agora corria no senado federal que iria definir a punição cabível ao presidente se comprovado fosse as denúncias pela qual era acusado.

O caso foi ao Senado, que abriu um processo para apurar se houve crime de responsabilidade e que deveria estar concluído em até 180 dias. A comissão de impeachment era presidida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Sidney Sanches⁵⁹. (MELO, 2007, p. 211).

⁵⁹ Foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal em 1984, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Alfredo Buzaid, e presidente do STF em 1991, conduzindo o Processo de Impeachment contra o então Presidente da República, Fernando Collor de Mello.

Figura 04 – “Charge de (24/09/1992)”, dia que o STF decidiu que a votação sobre o pedido de impeachment no Congresso teria de ser aberta.



Fonte: Site A Folha de São Paulo.

Nesta figura 04 Glauco representa a decisão inédita tomada pelo judiciário brasileiro de que o Presidente da República seria colocado à disposição do Senado, que ficaria responsável pela votação da permanência ou não de Fernando Collor de Mello no cargo de presidente. Na Charge observamos o STF representado por uma locomotiva que dificilmente seria parada, nem mesmo pelas ofertas clementes de cheques do personagem Collor.

Apesar de cômico a charge também nos revela a seriedade e competência do Supremo Tribunal Federal, que em 1992 já passava uma forte imagem aos brasileiros, de que apesar dos acontecimentos o poder judiciário ainda continuava sendo isento e uma estrutura pautada nos interesses da constituição e do povo brasileiro, essencial ao país.

Enfim, a charge representa o poder de investigação e de responsabilidade do judiciário que decidia pelo impeachment do presidente, configurado na charge como o STF-locomotiva e, o presidente desesperado tentando de tudo para permanecer no cargo, vale salientar que apesar da charge mostrar Collor oferecendo cheques ao STF foi apenas uma forma que Glauco encontrou para deixar a cena ainda mais engraçada, contudo, reveladora.

Com a responsabilidade nas mãos dos senadores para concluir o processo de impeachment do presidente Collor, depois de cerca de três meses, no dia 29 de dezembro de 1992, em uma sessão presidida pelo líder do STF, começava o julgamento de Collor. Neste espaço de tempo outra surpresa aguardava o presidente, o principal pivô das denúncias de

corrupção, o seu irmão Pedro Collor, novamente iria estar em foco, desta vez num ambiente que Fernando Collor conhecia bem, a televisão.

E no dia 25 de outubro de 1992 o programa Roda Viva⁶⁰ recebia o irmão de um dos presidentes mais polêmicos da história brasileira. Neste programa, Pedro Collor, reacendia na mente dos brasileiros o esquema de corrupção no governo Collor comandado por PC Farias, esta entrevista em rede nacional, no pequeno intervalo de tempo para julgamento do presidente Collor pelo senado e pelo STF, significou um golpe a mais, na já “moribunda” popularidade, se é que existia, do presidente Collor.

Pedro Collor reafirmou tudo que tinha exposto na entrevista da revista Veja, em maio daquele mesmo ano, onde denunciou a existência do esquema PC Farias no governo, com a cumplicidade do presidente Collor. Depois destas revelações a volta de Pedro Collor a mídia revelaria muito do que se passou depois daquela matéria explosiva, que foi o estopim para este processo de impeachment, onde muitos perderam o emprego e cargos foram extintos, como o seu próprio, por exemplo Pedro Collor perdeu o comando das Organizações Arnon de Mello, grande empresa na área das comunicações, que é de propriedade de sua família, em Alagoas, enquanto seu irmão perdeu, até aquele momento, o cargo de presidente da República.

Figura 05 – “Charge de (26/10/1992)”, Pedro Collor vai ao programa Roda Viva, pela TV Cultura de São Paulo, e fala sobre o esquema de corrupção no governo Collor comandado por PC Farias.



Fonte: Site A Folha de São Paulo.

⁶⁰ Roda Viva é um talk show brasileiro produzido e transmitido pela TV Cultura desde 29 de setembro de 1986, tradicionalmente no horário nobre de segunda-feira, atualmente exibido às 22h. O programa não tem um perfil definido de entrevistados, tendo como convidados diversos líderes políticos, escritores, esportistas, filósofos, músicos entre outras pessoas que sejam consideradas notórias para o Brasil e para o mundo.

Nesta quinta e última charge, a figura 05, o chargista Glauco Villas Boas desenvolveu sua charge a partir de uma entrevista que o irmão do presidente Collor, Pedro Collor, ofereceu ao programa Roda Viva, este programa reúne diversos entrevistadores, entre eles jornalistas, sociólogos, historiadores, economicistas entre outros, vai depender justamente de quem seja o convidado, o objetivo é abranger o máximo de perguntas a respeito do entrevistado.

Fernando Collor que preparava juntamente com seus advogados a sua defesa e estratégias para permanecer no cargo, isso porque a charge é justamente no espaço de tempo entre a decisão do STF e a votação no Senado, que foi de aproximadamente três meses. Sendo assim, Collor que já estava pressionado pela opinião pública, pelo Senado Federal e pelo STF, ainda se vê acuado e intimamente exposto pelas declarações de seu irmão em rede nacional, que reacendia na memória dos brasileiros, o porquê deste processo de impeachment.

A sensibilidade de Glauco em perceber este movimento e transmitir em uma imagem nos remete a considerar que mesmo humorístico e escrachado a charge captura acima de tudo a real condição do contexto social da época em que ele é construído. Enfim, a charge em questão mostra o “temeroso” presidente Collor assistindo seu “tagarela” irmão Pedro Collor no tal programa, nisto Collor demonstra sua preocupação, juntamente com seus advogados e assessores com semblantes de desentendidos, enquanto que Pedro Collor demonstra uma satisfação incontrolável, de que foi a partir dele que tudo começou a desandar para o presidente Fernando Collor de Mello.

A casa do senado decidia finalmente que Fernando Collor de Mello era culpado pelo crime de responsabilidade. Nesse meio tempo, antes mesmo da votação, sentindo que não existia mais saída, o presidente Collor tomou uma medida para que os danos da votação não o prejudicasse ainda mais, e renunciou à presidência da República.

A renúncia se deu através de uma carta enviada por Collor, que foi lida pelo seu advogado alagoano Moura Rocha em pleno senado, na ânsia de evitar o impeachment e as prováveis punições que este processo acarretaria a sua vida política. Entretanto, era um pouco tarde e o Congresso, mesmo com a renúncia, entendeu que Collor deveria ser julgado, o resultado foi que por 76 votos favoráveis e 3 contra, Fernando Collor de Mello era condenado à perda do mandato e à inelegibilidade, assim como todos os direitos políticos por oito anos, o

ex-presidente tentou questionar a inelegibilidade no Supremo⁶¹, mas o tribunal entendeu que ele deveria mesmo perder os direitos políticos.

E assim chegava ao fim mais uma “história de terror” vivenciada pelos brasileiros, Collor apresentou em seus últimos dias no poder uma face irreconhecível, daqueles dias de outrora em plena campanha. A ironia ficou por conta de seus meios usados para se tornar um homem popular que agradava os olhos e os ouvidos de quem o escutava, esses meios, foram os mesmos usados para sua derrocada, tanto a imprensa que o fez, e depois acabou o desfazendo, como o povo que lhe colocou na presidência e de certo modo o retirou do poder.

Nos indigestos meses de sua decadência Fernando Collor de Mello se descaracterizou de modo abrupto, passou de um homem seguro para alguém que temia sua deposição, de um político astuto e com ligações importantes para um governante abandonado até pela sua própria base política, de uma personalidade amada e adorada pelas câmeras de TV para um rosto conhecido das páginas policiais investigativas da mesma. Neste sentido sua fama continuou ou até mesmo aumentou, só que desta vez por motivos não desejados.

Sua transformação final e desconstrução completa da imagem daquele homem que iniciou o processo de candidatura em 1989, foi o seu pedido de renúncia, que soou aos ouvidos da sociedade brasileira como o grito de socorro de um “covarde” e “traidor”, o completo oposto da figura que surgira no cenário político anos atrás, como um salvador, um impiedoso julgador de corruptos, enfim, um verdadeiro caçador de marajás. O mais digno de sua parte seria receber sua punição, assim como ele previu, a todos aqueles que mantivessem atividades danosas ao desenvolvimento da nação, como a corrupção.

Eis então o fim de uma personalidade forte e convincente que traiu os brasileiros de tal forma, que sua saída do poder foi tão chocante como sua entrada nele. Entretanto, Fernando Collor nunca deixaria de ser um astucioso político, ao que parece as aulas e convivência com seu pai, não o prepararam para este evento de interdição política.

Mas o deixaram com ligações a pessoas capazes de o colocarem novamente num cargo público, isso porque, em 2006, mais de 10 anos afastado da política, Collor elegeu-se senador por Alagoas, numa campanha recorde, de apenas 28 dias. Esse fato da volta de Collor a política nos mostra que o povo brasileiro ou tem memória curta, ou é tão culpado quanto os políticos que se envolvem em esquemas de corrupção.

⁶¹ Mais de 20 anos depois o STF, decide que Collor de Mello não é corrupto. Ministros inocentaram o ex-presidente Fernando Collor pelos crimes de peculato (desvio de dinheiro público), falsidade ideológica e corrupção passiva nesta quinta-feira (24 de abril de 2014); argumento da relatora, ministra Cármen Lúcia, foi a falta de provas que o vinculem a um suposto esquema de recursos advindos de empresas de publicidade que prestavam serviços ao governo na época em que ele era presidente, entre 1990 e 1992. Pela segunda vez, o ex-presidente Fernando Collor (PTB) é inocentado pelo Supremo, a primeira vez aconteceu em 1994.

Enfim o contexto social e político da época de Collor presidente, era totalmente diferente das de hoje, o povo que saía de uma longa espera pela democracia, ansiava em ver o Brasil crescer e se livrar das heranças prejudiciais da ditadura. Contudo, a corrupção daquela época continua sendo crime e um malefício ao desenvolvimento do país, então o que mudou os brasileiros ou os políticos, ou ainda a forma de se fazer política, ao ponto de se eleger um conhecido político envolvido em esquemas de corrupção.

3.3 LÁ E AQUI OUTRA VEZ: uma herança não desejada

A redemocratização brasileira foi um processo que se iniciou na década de 1980 e ainda se tem nos dias de hoje ecos deste momento ímpar da nossa história nacional. O Brasil obteve sua democracia garantida com o final do governo militar (1964-1985), e já nos anos de 1984, podemos observar um fator importantíssimo para tal conquista da nação, boa parte dos direitos conquistados com o fim da ditadura e o retorno dos civis ao poder só foi possível, porque o povo queria isso, desejava mudança, e a campanha pelas Diretas Já foi o retrato de uma nação que ansiava por transformações em grande escala o mais breve possível.

Milhares de cidadãos em todas as capitais brasileiras se mobilizaram exigindo seu direito ao voto para presidente, uma verdadeira demonstração da força que os brasileiros tinham, e provavelmente ainda possuem, quando estes lutam por motivos em comum. Mesmo com as intensas manifestações o objetivo foi adiado, entretanto, a pressão sofrida pelo governo militar advinda destes movimentos populares foi o principal fator que levou os políticos a repensarem suas próximas ações.

E mesmo na eminência da não aprovação da emenda constitucional Dante de Oliveira, aconteceu o que a sociedade tanto exigia, uma abertura para um civil subir ao poder, mesmo que através do Colégio Eleitoral, chegava ao fim um dos períodos mais repressivos enfrentados no Brasil. Com Tancredo Neves assumindo a presidência, aquelas manifestações pelas Diretas Já, realmente foram necessárias para que a democracia, uma vez mais renascesse em solo brasileiro, com a morte de Tancredo Neves, a nação novamente era golpeada, e entre discussões e desentendimentos na esfera política, assumia seu vice, José Sarney.

Em um clima de desconfiança e insatisfação por parte da população e de políticos, restou ao povo esperar pelo melhor, isso porque Sarney mantinha forte conexões com a cúpula militar que controlava o Brasil. E mais uma vez os apelos para que o país se livrasse de uma vez por todas destas marcas profundas da ditadura, o atual presidente declarava em um

discurso, mais que esperado, poderíamos dizer até “profetizado”, que o Brasil retornaria para as mãos do povo, e que todos os ajustes necessários para esta transição seriam providenciados em tempo hábil para que tanto a nação como a população deveriam estar prontos para esta nova etapa do longo processo de democratização brasileira.

E assim, em 1989 eram abertas as eleições para presidente da república, a vitória finalmente foi alcançada, aos vencedores restava escolher devidamente seu representante na presidência da república, e desta forma consolidar o processo de redemocratização do Brasil. E com inúmeros participantes, e candidatos as eleições, vence Fernando Collor de Mello, em uma das mais disputadas campanhas que o país já viu. O governo Collor seria uma nova chamada do povo a resolver os problemas nacionais, agora mais que nunca a democracia se encontrava em perigo, um mal que até os dias de hoje padecemos, o Brasil era aplacado por um enorme escândalo de corrupção e neste novo ciclo político, o presidente Collor encontrou o Impeachment.

E foi nas mãos da opinião pública, através dos “Caras Pintadas” e nas pressões sofridas pelos políticos nas câmaras estaduais e federais, que o processo de impeachment se concretizaria e retiraria do poder pela primeira vez no Brasil, um presidente da república. Neste conhecido evento da história a chama dos herdeiros das Diretas Já, voltava a queimar nos corações desta geração, e o início dos anos 1990 ficaria marcado por novos inícios, rupturas e continuidades da sociedade brasileira.

Na esperada conquista da democracia, a população estava crente de que seu poder era o maior bem que o Brasil poderia alcançar, num sentido de que, sua opinião e suas ações determinariam o futuro de seus filhos e netos. Aquela geração estava cansada de desmandos por parte de seus representantes, e decisões erradas desses líderes, significariam seus próprios equívocos, desta forma a sociedade se sentia enganada, quando seu escolhido era um dos responsáveis por processos de corrupção, ou qualquer outro ato prejudicial ao país.

Foi na corrupção que os brasileiros encontraram seu maior desafio, um vil e resistente inimigo que prevaleceu nas entrelinhas de nossa república, perpassando por diversos governos, o que deixou Brasil em evidente atraso econômico e político, e que em dias atuais se mostra algo que não será facilmente extirpado de nosso convívio. Eis aqui que surge uma herança não desejada, a corrupção, a explicação para o porquê deste mal ser tão resistente é realmente uma incógnita, podemos aqui dar dezenas de explicações diferentes e não chegaríamos a um resultado convincente.

Por que o Brasil está entre as nações mais corruptas do Planeta? Será o nosso sangue latino? O calor dos Trópicos? A miscigenação? A herança patrimonialista ibérica? Que determinismo sociológico, histórico ou climático ou, ainda, que teoria estupidamente racista explicariam tanta lambança? Bobagem, meus caros! O nome do desastre que aí está é um só: *Tamanho do Estado, com seu consequente aparelhamento pela pistolagem política*. (AZEVEDO, Site Veja, 2012)⁶².

Esta talvez fosse a explicação perfeita para o advento da corrupção nestes dias turbulentos⁶³ que vivenciamos, mas de forma alguma explicaria todo o processo de casos de corrupção que vem assolando a máquina política, a um certo tempo. Vale salientar que a nossa discussão em busca da explicação desta herança inconveniente, faz-se um recorte proporcionalmente pequeno, em relação ao tamanho da história política do Brasil, estamos aqui falando do início dos anos 90 e os reflexos deste período nos dias atuais, tanto ao posicionamento da sociedade como a reestruturação da corrupção.

O mais intrigante é que de um histórico sofrível pelo qual os brasileiros passaram e com muita luta e disposição conseguiram vencer, este mal não se apresenta como um inimigo comum, neste, percebemos que a cada nova geração ele é renovado e estruturado de acordo com as necessidades e possibilidades que lhe são apresentados. Ele se faz de tão preciso e rápida adaptação, que a sociedade, a principal barreira para que ele se prolifere, não é capaz de alcançar em toda a sua complexidade, resultando assim em diversos casos de corrupção que perduram de geração para geração entre governos e representantes diferentes.

(...) corrupção pode induzir à compreensão que as práticas ilícitas reaparecem como em um ciclo, dando-nos a impressão que o problema é cultural quando na verdade é a falta de controle, de prestação de contas, de punição e de cumprimento das leis. É isso que nos têm reconduzido a erros semelhantes (...). (BIASON, 2013, p. 95).

Uma verdadeira rede de instrumentos capazes de sempre estarem a frente das expectativas sociais, representativas diretas de combate a práticas ilícitas de nosso país, em outras palavras, quando a sociedade – que poderia reagir de forma enérgica – toma o conhecimento destas práticas danosas ao país, muita coisa já foi “infectada” pela corrupção, e mesmo com as devidas providências, o mal que foi feito jamais poderá ser reparado em sua integridade, deixando assim a população e o Brasil com o prejuízo incalculável, devido ao número elevado destas “infecções”.

⁶² Fragmento retirado do Blog de Geraldo Azevedo, que fica hospedado no Site da Revista Veja. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/>>. Acesso em 27 abril de 2015.

⁶³ Foi um conjunto impressionante de acontecimentos que fizeram acreditar que o “gigante” teria acordado. A “revolta da tarifa” ocorreu em pelo menos 20 municípios, reunindo milhares de pessoas, meses depois estava sendo deflagrada o que vem sendo um dos maiores escândalos de corrupção do país, o chamado “petrolão”, que envolve a empresa Petrobrás e as maiores Construtoras do Brasil.

Na não total eficiência dos atuais meios de combate e destruição da herança não desejada, renasce mais uma vez a necessidade de os brasileiros tomarem as ruas em busca de explicações e atitudes por parte dos governantes, do porque o Brasil se encontrar numa situação tão calamitosa, onde a corrupção começa a corroer e desestruturar praticamente todos os níveis da administração pública do país.

Na forma de manifestações, o povo brasileiro teve resultados no passado e pretendem ter os mesmos êxitos no presente, em relação a barrar a corrupção, se pudéssemos resumir em uma palavra, o significado das manifestações seria mudança.

Assim como no final da década de 80 e início dos anos 90, os protestos estão de alguma forma, relacionados, eles se confundem no momento em que os colocamos como uma mudança no pensamento das novas gerações, que querem mais. O fato é que esse querer mais, nunca foram supridos em sua integridade pelas soluções colocadas pelos governos desde a formação da República, e as manifestações representam as almejadas mudanças, principalmente no que se refere aos direitos e deveres dos cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1992 o Brasil se encontrava devastado por uma economia decadente e governantes incapazes de reestruturar o país. As esperanças de uma nação que um dia se encantou com propostas agradáveis ao ouvido e ao ego estava chegando a um final trágico, um governo que se estruturou nas bases da mídia e com um forte apelo aos sentimentos dos brasileiros ruiu, e com ele toda a credibilidade e confiança que foi depositada em um homem, que por mais de uma vez pediu à população que olhasse em seus olhos e acreditasse nele e em suas palavras, Fernando Collor Mello se desenhou como um político capaz de pôr fim a uma angustia da nação que vinha se arrastando a mais de 25 anos, e acabou se tornando em mais uma agonia.

Sendo assim, afim de compreender como esta trágica mudança de perspectiva se deu neste contexto social é que o trabalho se desenvolveu. Podemos observar com o auxílio das fontes que foram implementadas, juntamente com a bibliografia sobre o período Collor que a ruptura de pensamento sobre a pessoa Fernando Collor de Mello começou a migrar para o lado negativo de forma mais contundente cerca de 8 meses antes de seu impeachment, que coincide com as denúncias de seu irmão.

Fernando Collor com muito esforço conseguiu vincular sua imagem ao governo brasileiro, realmente uma jogada de um político astuto que soube preservar as influências vividas ao longo dos anos desde a época de seu pai. Entretanto quando as denúncias de corrupção começaram a se intensificar e envolver o seu nome, isto foi desastroso nessa sua forma de fazer política, isso porque, se a economia brasileira vai mal a culpa é do presidente, se o presidente está envolvido com esquemas de corrupção, o Brasil também está mal, precisando de mudanças.

Nesta forma de entender como a imagem de Fernando Collor era importante para demonstrar como o Brasil realmente se encontrava naquela época foi que Glauco se propôs a criar obras que de forma cômica retratava os acontecimentos do Brasil em seu âmbito presidencial e governamental, já que a imagem de Collor era o termômetro ideal para saber como o Brasil estava se comportando diante das crises que se apresentavam. O que percebemos é que estava acontecendo uma gradual deformação nas estruturas que compunham a imagem do presidente, ao passo que as investigações avançavam o governo brasileiro mergulhava numa crise econômica e seu governante num processo de impopularidade crítica.

O candidato a presidente de 1989 nada lembrava ao presidente de 1992, assim como a opinião pública. As transformações de aceitação desta personalidade por parte do povo brasileiro foram capturadas pela ótica do chargista Glauco Villas Boas, que com auxílio do contexto político da época revisado pelos intensos trabalhos produzidos conseguimos delinear como esta mudança de pensamento social foi possível.

Era um governo em crise com uma população avida por mudanças, assim como já eram em 1984, talvez em 1992 um pouco mais já que essas mudanças lhe foram prometidas de forma democrática, o presidente Collor passou de herói à vilão em um rápido, mas gradual processo de circunstâncias que lhe atribuíram tal transformação em sua imagem perante a sociedade.

Entre essas conjunturas verificamos principalmente as denúncias de corrupção que estavam ocorrendo em seu governo, que quando atingiram diretamente o presidente Collor foi a “cartada final” de sua já cambaleante popularidade, depois vieram as declarações públicas de antigos aliados condenando e negando apoio as atitudes de Collor, e seu último trunfo lhe virou as costas num momento crucial de quando sua imagem e governo estavam em “cheque”, o povo que tanto o idolatrou agora o acusava e exigia o seu completo afastamento da presidência, o resumo da completa mudança de pensamento social a respeito do presidente.

Enfim a pesquisa além de compreender este processo de desconstrução da imagem de Fernando Collor de Mello a partir das representações das charges de Glauco, visitou as complexidades do contexto sócio-político do Brasil de 1992 que foi decisivo neste processo de “*licantropia*” do presidente Collor.

No mais podemos compreender que as fontes humorísticas, as charges nos permitiram observar uma boa dimensão da importância e do alcance que os meios de comunicação mantinham com a população, e que por meio destes atributos vinculados ao humor, é possível compreender as condições políticas da conjuntura da época de maneira crítica e bem-humorada, e sempre focada nos movimentos do corpo social.

FONTES

1. Acervo digital do Jornal A Folha de São Paulo: <<http://acervo.folha.com.br/>>.
2. Acervo digital da Revista ISTO É: <<http://www.istoe.com.br/revista/>>.
3. Acervo digital da Revista Veja: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/>>.
4. Acervo digital da TV Cultura: <<http://tvcultura.cmais.com.br/rodaviva>>.
5. Acervo digital das Organizações Arnon de Mello: <<http://www.oam.com.br/>>.
6. Acervo digital da Fundação Getúlio Vargas: <<http://cpdoc.fgv.br/>>.
7. Acervo digital do STF: <<http://www.stf.jus.br/>>.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **O riso e risível: na história do pensamento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, FGV, 1999.

ALBUQUERQUE, Afonso de. **Querem roubar as cores da bandeira nacional! Collor e o uso dos símbolos nacionais no horário gratuito de propaganda eleitoral**. In: FAUSTO NETO, Antonio. PORTO, Sergio. BRAGA, Jose Luiz (orgs). Brasil: Comunicação, cultura & política. Editora Diadorim: Rio de Janeiro, 1994.

ARIÈS, Philippe. **A História das Mentalidades**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo 7 ed. Hucitec, 2010a.

_____. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 2010b.

BARING-GOULD, Sabine. **The Book Were-Wolves**. Ed. Forgotten Books, 2008.

BARROS, José D' Assunção. **O Campo da História: especialidade e abordagens**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

_____. **O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

BELLUZZO, L. G. M. ; ALMEIDA, J. G. . **Depois da Queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BERGSON, Henri. **O riso: ensaio sobre a significação da comicidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001 (coleção tópicos).

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

BREMMER, Jan & ROODENBERG, Herman (orgs). **Uma história cultural do humor**. Rio de Janeiro, Record, 2002.

BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Edunesp, 1992.

CARDOSO, Irene de A. R. **Memória de 68: terror e interdição do passado**. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 106,2. sem. 1990.

CARVALHO, Rodrigo de. **A Era Collor: da eleição ao impeachment**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

_____. **A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, v. 7, n. 13, 1994.

_____. **À beira da Falésia: A História entre Certezas e Inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CITTADINO, Monique. **Poder Local, Memória e Cultura Política: possibilidades de análises a partir da figura do governador João Agripino (Paraíba – 1966-1971)**.

SAECULUM – Revista de História, [16]; João Pessoa, jan./jun. 2007.

CONTI, Mário S. **Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

D'ANGELI, Concetta e PADUANO, Guido. **O cômico**. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

DOSSE, François. **A História em migalhas: dos *Annales* à Nova História**. São Paulo: Editora Ensaio, 1994.

DUBY, Georges. **O Historiador, Hoje**. In: História e Nova História. Lisboa: Teorema, 1986.

FEBVRE, Lucien. **Annales**. 1956.

FIGUEIREDO, Ney Lima. FIGUEIREDO JUNIOR, José Rubens de Lima. **Como ganhar uma eleição: lições de campanha e marketing político**. Cultura Editores Associados: São Paulo, 1990.

FLORES, Onici. **A leitura da charge**. Canoas: Editora da ULBRA, 2002.

FONSECA, Joaquim da. **Caricatura a imagem gráfica do humor**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

FREUD, Sigmund. **O chiste e sua relação com o inconsciente**. In: Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Delta, [1976a].

_____. **O humor**. In: Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Delta, [1976b].

FURET, François. **O quantitativo em história**. In: Fazer História, novos problemas. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977.

FURTADO, Celso. **O Brasil pós- “milagre”**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Cia da Letras, 2002.

_____. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Cia da Letras, 2002.

_____. **A Ditadura Encurralada**. São Paulo: Cia da Letras, 2004.

GHILARDI, Maria Inês. **O humor na charge jornalística**. Comunicarte (Puccamp) Campinas, 1995/1996.

GOMES, A. M. C. . **História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões**. In: Rachel Soihet; Maria Fernanda Bicalho; Maria de Fátima Gouvêa. (Org.). Culturas políticas: Ensaio de história cultural, história política e ensino de história. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, v. 1, p. 21-44.

GOMES, Rômulo G. e SILVA, Marcília Gama da. **Humor em Tempos de Chumbo: uma análise da censura durante a ditadura militar através das charges publicadas em periódicos de circulação em Pernambuco**. V Colóquio de História – Perspectivas Históricas: historiografia, pesquisa e patrimônio. Nov. de 2011.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

JORGE, Carlos L. W. **Onde está a graça? — O humor segundo Bergson em contos de Mark Twain**. 2009. 47 p. Monografia (Bacharelado em Estudos Literários em Língua Inglesa). Centro de Humanidades, Universidade Federal do Paraná.

LACERDA, Antônio. **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2000.

LAMOUNIER, B. **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: Idesp, 1990.

LAMOUNIER, B. **Depois da transição: democracia e eleições no governo Collor**. São Paulo: Edições Loyola. 1991.

LANDOWSKI, Eric. **Não se Brinca com o Humor: a imprensa política e suas charges**. Face, São Paulo, v. 4, n. 2, jul./dez.1995.

LEITÃO, Mirian. **Saga Brasileira: a longa luta de um povo por sua moeda**. São Paulo/Rio de Janeiro: Record. 2011.

LE GOFF, J. **A Nova História**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. **Humor e Política nas Charges de Lila no Jornal da Paraíba**. (Intercom) Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Campina Grande/PB, 2010.

LINHARES, Maria. **Apresentação**. In: RÉMOND, R. Por que a História Política? R.J: Estudos Históricos, v. 7, n. 13, 1994.

MELO, Celso. **Collor: o ator e suas circunstâncias**. São Paulo: Ed. Novo Conceito, 2007.

MIANI, Rozinaldo Antônio. **Charge editorial: iconografia e história**. In: Encontro Nacional de Estudos da Imagem - ENEIMAGEM, 1, Mai. 2007, Londrina/PR. Anais do I Encontro Nacional de Estudos da Imagem - Encimagem, 2007.

MIANI, Rozinaldo Antônio e MESSIAS, Fernanda Targa. **“Enquanto isso na Casa da Dinda...”**: a (outra) história do governo Collor contada nas páginas do Jornal da CUT São Paulo. Ouro Preto/MG. 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013.

MINOIS, G. **História do Riso e do Escárnio**. Trad. Maria Elena O. Assumpção. São Paulo: Unesp, 2003.

MOTA, Myrian. **A História das cavernas ao Terceiro Milênio**. São Paulo: Moderna, 1997.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas Políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

NAKANO, Yoshiaki. **As Fragilidades do Plano Collor de Estabilização**. FGV. Jan. 1991.

NOGUEIRA, Andréa de Araújo. **A Charge: função social e paradigma cultural**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), 26., 2003, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte/MG, set. 2003.

PAIVA, Eduardo França. **História e Imagem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PETERSEN, Silvia. **Algumas interrogações sobre as tendências recentes da historiografia brasileira: a emergência do “Novo” e a crítica ao racionalismo**. LPH: Revista de História. V.3, N.1, 1992.

PINTO, Jose Neumann. **Atrás do Palanque: bastidores das eleições 1989**. Siciliano: São Paulo, 1989.

PILLA, Armando e QUADROS, Cynthia Boos de. **Charges: uma leitura orientada pela análise do discurso de linha francesa**. (Intercom), 32. 2009, Curitiba/PR, Set. 2009.

RÉMOND, René. **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2003.

ROMUALDO, Edson Carlos. **Charge jornalística: intertextualidade e polifonia**. Maringá: Editora Eduem, 2000.

ROSENN, K. S.; DOWNES, R. (orgs.). **Corrupção e Reforma Política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

SALIBA, E. T. . **Raízes do Riso: A representação humorística na história brasileira – da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio**.. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SALLUM JR. B. e PAIXÃO E CASARÕES, Guilherme S. **O impeachment do Presidente Collor: a literatura e o processo**. São Paulo: Revista Lua Nova, 2011.

SILVA, Rafael Souza. **Caricatura**. In: MELO, José Marques de. (org) Gêneros Jornalísticos na Folha de São Paulo. São Paulo: FTD, 1992.

SOARES, Vivian Letícia Lopes. **O Humor Resiliente na Sociedade Contemporânea**. Revistas PUCSP, V. 3, 2011.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula**. 2. ed. ampl. São Paulo: Atlas, 2008.

TAVARES, O. **Fernando Collor: o discurso messiânico/o clamor ao sagrado**. São Paulo: Annablume, 1998.

VAINFAS, Ronaldo. **História das Mentalidades e História Cultural**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia da História. Rio de Janeiro: Editora Campinas, 1997, p.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 1987.

VOVELLE, Michel. **A História e a longa duração**. In: LE GOFF, J. A História Nova. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

WHITE, Hayden. **Teoria literária e escrita da história**. Rio de Janeiro: Estudos históricos, v. 7, n. 13, 1994.

Zini Jr., Álvaro A. **“Reforma Monetária, Intervenção Estatal e o Plano Collor”**. In: O Mercado e o Estado no Desenvolvimento Econômico dos Anos 90. Livro do IPEA, 137.

SITES:

Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em 12 de outubro de 2014.

Disponível em: <<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/4270-20-anos-de-escandalos-de-corrupcao-em-30-charges#foto-79542>>. Acesso em 12 de outubro de 2014.

Disponível em: <<http://humorpolitico.r7.com/>>. Acesso em 15 de setembro de 2014.

Disponível em: <<http://cafehistoria.ning.com/profiles/blogs/arquivo-cafe-historia-o-humor>>. Acesso em 15 de setembro de 2014.

Disponível em: <<http://www.cedec.org.br/pesquisas.asp?id>>. Acesso em 15 de setembro de 2014.

Disponível em: <<http://meuartigo.brasilecola.com/historia-do-brasil/o-humor-visual-como-representacao-politica-no-jornal-.htm>>. Acesso em 28 de setembro de 2014.

Disponível em: <<http://mudamais.com/daqui-para-melhor/humor-e-politica-sempre-caminham-de-maos-dadas-no-brasil>>. Acesso em 29 de setembro de 2014.

Disponível em: <<http://educador.brasilecola.com/estrategias-ensino/historia-charges.htm>>. Acesso em 29 de setembro de 2014.

Disponível em: <<https://prezi.com/b27ekdo7qsiy/charges-e-historia-analise-e-usos/>>. Acesso em 18 de outubro de 2014.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uVyKY_qgd54>. Acesso em 19 de outubro de 2014.

Disponível em: <http://www.uel.br/pos/mesthis/AnaFDZammataro_Dissertacao.pdf>. Acesso em 19 de outubro de 2014.

Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/35/ribeiro_35.pdf>. Acesso em 15 de novembro de 2014.

Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3624>. Acesso em 15 de novembro de 2014.

Disponível em:
<<http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/collor/conteudo.phtml?id=1265926>>. Acesso em 14 de setembro de 2014.

Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/collor-sofreu-impeachment-em-1992-9239073>>. Acesso em 14 de setembro de 2014.

Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/09/impeachment-de-collor-faz-20-anos-relembre-fatos-que-levaram-queda.html>>. Acesso em 15 de novembro de 2014.

Disponível em: <<http://www.infoescola.com/politica/governo-collor/>>. Acesso em 15 de novembro de 2014.

Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/shoujofan/aula-16-collor>>. Acesso em 15 de novembro de 2014.

Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/infograficos/rede-escandalos/perfil/fernando-collor-de-mello.shtml?scrollto=conteudo-rede>>. Acesso em 17 novembro de 2014.

Disponível em: <<http://www.estudopratico.com.br/governo-de-fernando-collor-de-melo/>>. Acesso em 17 de novembro de 2014.

Disponível em: <<http://www.rdnews.com.br/materias-especiais/collor-impeachment-e-mt/era-collor-e-marcada-por-escandalos-desastre-na-economia-e-protestos/55506>>. Acesso em 17 de novembro de 2014.

Disponível em: <http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/planos-economicos-cruzado-collor-real-desvalorizacao.shtml>. Acesso em 17 de novembro de 2014.

Disponível em: <<http://www.historiadigital.org/livros/livro-as-raizes-do-riso-de-elias-saliba/>>. Acesso em 25 de março de 2014.

Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/entretenimento/humor-brasileiro-reflete-a-nossa-falta-de-identidade-diz-historiador>>. Acesso em 25 de março de 2014.

Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/globouniversidade/noticia/2012/04/entrevista-elias-saliba-contextualiza-o-humor-na-sociedade-brasileira.html>>. Acesso em 04 de abril de 2014.

Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/entrevista-marcello-scarrone>>. Acesso em 04 de abril de 2014.

Disponível em: <http://www.portalbrasil.net/politica_presidentes_itamar.htm>. Acesso em 15 de abril de 2015.

Disponível em:<<http://www.istoe.com.br/>>. Acesso em 29 de novembro de 2014.

Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/09/planejado-contrahiperinflacao-plano-collor-deu-inicio-abertura-comercial.html>>. Acesso em 16 de março de 2015.

Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/v2/iam/trajetoria.php>>. Acesso em 09 de maio de 2015.

Disponível em:
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/lindolfo_collor>. Acesso em 18 de novembro de 2014.

Disponível em: <<http://www.fernandocollor.com.br/biografia/>>. Acesso em 19 de abril de 2015.

Disponível em:
<http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1479&li=42&lcab=1963-1967&lf=42>. Acesso em 22 de abril de 2015.

Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,senado-ja-teve-ate-assassinato-em-plenario,50899>>. Acesso em 23 de abril de 2015.

Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/05/relembre-casos-do-governo-collor-que-envolveram-pc-farias.html>>. Acesso em 22 de abril de 2015.

Disponível em: <<http://www.rdnews.com.br/materias-especiais/collor-impeachment-e-mt/era-collor-e-marcada-por-escandalos-desastre-na-economia-e-protestos/55506>>. Acesso em 23 de abril de 2015.